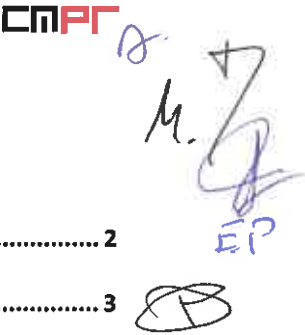


Handwritten signature and initials in blue ink, including "v. M.", "FID", and a circular stamp.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2024





Índice

INTRODUÇÃO 2

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO..... 3

I – ENQUADRAMENTO LEGAL 3

II – GRUPO AUTÁRQUICO 5

III – ENTIDADES EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO 6

IV – PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS..... 6

 1 – PRINCÍPIOS ORIENTADORES..... 6

 2 – ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO..... 7

 2.1 - ADIN – ÁGUAS DO INTERIOR – NORTE, E.I.M., S.A. 7

V – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS..... 9

1 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL 2024..... 10

2 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA 2024 15

VI - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO 16

 ATIVO 16

 ESTRUTURA ATIVO..... 16

 PASSIVO 17

Estrutura Passivo 17

Património Líquido..... 18

 ESTRUTURA PATRIMÓNIO LÍQUIDO 18

 DÍVIDA CONSOLIDADA 19

VII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS..... 20

 1 – BALANÇO CONSOLIDADO 2024 20

2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA 2024 21

3 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO 2024 22

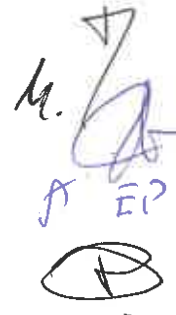
 4 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA 2024 23

5 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 24



Introdução

A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza (em especial empresarial), que detêm ou controlam, com o desiderato de melhor prossecução das suas atribuições, numa lógica de grupo municipal, torna manifestamente insuficiente a simples prestação de contas individualizada por parte de cada uma dessas entidades. De facto, a apresentação de contas individuais não permite obter uma visão global da situação financeira, quer do município de per si, quer do grupo municipal, o que dificultando a tomada de decisão por parte dos decisores políticos, limitando uma avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades. Os municípios têm, atualmente, uma lógica de grupo municipal e atuam de acordo com essa perspetiva, uma vez que a sua intervenção e o desenvolvimento das suas atividades, na prossecução das suas atribuições, deve ser integrada e articulada com a das restantes entidades que detêm ou controlam também com esse objetivo. Assim, as contas dos municípios devem ser consolidadas, pois só este instrumento permite conhecer a sua verdadeira situação económico-financeira e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas. Serão analisadas as situações geradoras dessa necessidade de consolidação das contas quando se verifica a participação do município em outras entidades e identificar o método de consolidação indicado no normativo contabilístico para cada tipologia de investimento à luz do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

h.  A E P

Relatório de Gestão Consolidado

I – Enquadramento Legal

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado por RFALEI, prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia e pelas áreas metropolitanas. Já o associativismo municipal e a participação em entidades de direito público são objeto de diploma próprio. De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas devem atender à existência de controlo, relativamente a outras entidades e que se pode materializar através da detenção total ou parcial no caso dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, da natureza empresarial no caso das empresas locais, ou de outra natureza por referência a condições de poder como sejam a detenção da maioria de capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão ou de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade. Ou, em alternativa devem atender à presunção de controlo quando se verifique, relativamente a uma entidade, um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado, a saber:

- ✓ a faculdade de vetar os orçamentos;
- ✓ a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- ✓ a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livro acesso a estes;
- ✓ a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;

- ✓ a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal. Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “*Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo*”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas. Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Um Grupo Público é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O artigo 7º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

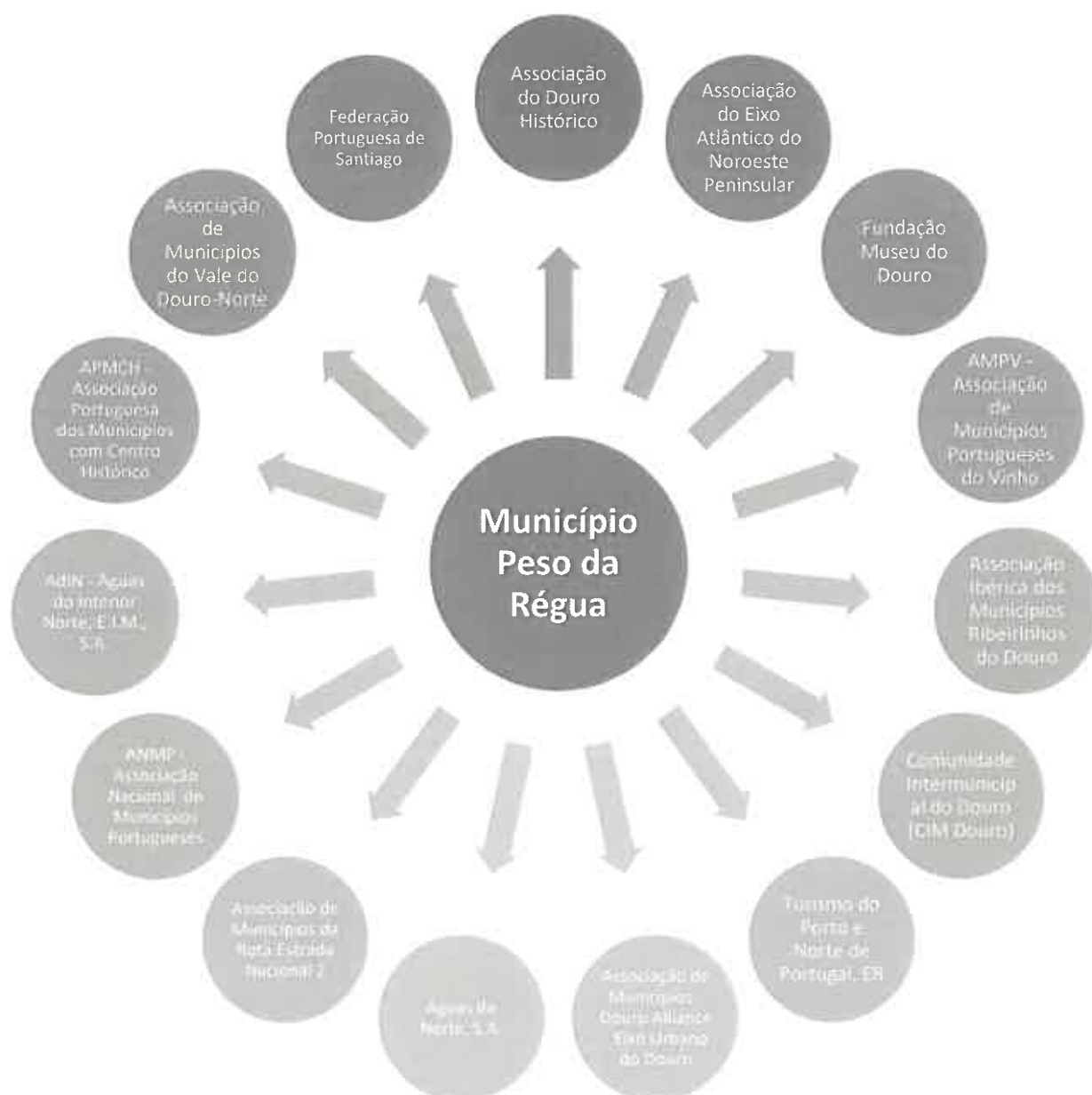
- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP 26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22).

À luz do nº 7 do art.º 75º e do DL 192/2015 que aprovou o SNC-AP os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração dos resultados por natureza consolidada;
- Demonstração consolidada das alterações do património líquido;
- Demonstração consolidada dos Fluxos de caixa;
- Anexos às Demonstrações Financeiras consolidadas.

M. G.
P. F.
F.

II – Grupo Autárquico



4.8
0.17
E.P.
D

III – Entidades Excluídas da Consolidação

Entidade	Sede Social	NIPC	Proporção do capital detido			Motivos de exclusão
			capital social €	% participação detida	participação detida €	
ANMP - Assoc. Nacional Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa n. 52	501627413	1 543 432,42 €	0,28%	4 352,48 €	Entidades não enquadráveis nos termos dos nos. 4 ao 6 do art.º 75º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação.
APMCH - Assoc. Municipais Municípios com centro histórico	Lamego	502131047	86 816,26 €	0,005%	357,00 €	
Assoc. Municípios Vale do Douro -Norte	Av. Carvalho de Araújo, n. 7	502459417		14,29%		
Associação do Douro Histórico	R. das Eiras	502577916		8,95%		
Assoc. Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís I, n. 55	503990698		2,44%		
Fundação Museu do Douro	R. Marquês de Pombal	507693671	1 093 034,10 €	6,860%	75 000,00 €	
AMPV - Assoc. Municípios Portugueses do Vinho	R. 16 Novembro - Torreão do Mercado municipal - Cartaxo - apt 55	508038430		0,58%	1 000,00 €	
Assoc. Ibérica Municípios Ribeirinhos do Douro	Ajuntamentode Laguna del Duero, Plaza Mayor, 1	G0935129		2,30%		
Comunidade Intermunicipal do Douro - CIM Douro	Av. Carvalho de Araújo n. 7	508779200		5,26%		
Turismo Porto e Norte de Portugal - ER	Castelo de Santiago da Barra	508905435		1,16%		
Assoc. Municípios - Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro	Alameda de Grasse n. 7	509000487		33,33%		
Águas do Norte SA	Av. Osnabrock, n. 29 V. Real	513606084	108 095 467,50 €	0,43%	467 528,00 €	
Assoc. Municípios da Rota da Estrada Nacional N2	R. Combatentes s/n	514051744	0,00 €	2,94%	1 200,00 €	
Federação Portuguesa de Santiago	R. Dr. Henrique Botelho 5450-027 - Vila Pouca de Aguiar	515645478		1,92%		

IV – Processo de Consolidação de Contas

1 – Princípios Orientadores

De acordo com o disposto na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, as entidades que reúnem as condições definidas para apresentação de contas consolidadas, têm de, para além de fazer aprovar as suas contas individuais, apresentar e fazer aprovar as contas consolidadas do conjunto de entidades que constituem o grupo autárquico.

As contas consolidadas, são assim elaboradas tendo por base os princípios da relevância, da materialidade, da fiabilidade, da neutralidade, plenitude e comparabilidade.

M. G.
E. P.
P.

2 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Uma vez que a consolidação de contas resulta da necessidade de apresentação de informação económica e financeira útil e relevante da totalidade do Grupo Autárquico, de forma a assegurar opções de gestão cada vez mais eficazes e fornecimento de dados imprescindíveis à organização municipal, torna-se necessário identificar qual o conjunto de entidades que se encontram incluídas no âmbito do perímetro de consolidação.

A entidade que integra o perímetro de consolidação, é a **AdIN – Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.**



2.1 - AdIN – Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.

A ÁGUAS DO INTERIOR – NORTE, EM, SA., sediada na Avenida Rainha Santa Isabel, N.º 1, 5000-434, freguesia e concelho de Vila Real, foi constituída em 15 de novembro de 2019 ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre Moncorvo e Vila Real.

A AdIN assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida apenas por entidades públicas. O capital social integralmente realizado em dinheiro e em espécie é de 27 148 050,00€ (vinte e sete milhões, cento e quarenta e oito mil e cinquenta euros).

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social.

h. 
0. E.P.


Prosseguira o seu objeto, designadamente, através de:

- a) Promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização de águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes;
- b) Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade, do mesmo ramo;
- c) Construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da atividade.

A atividade será exercida mediante celebração de contrato de gestão delegada com as entidades públicas participantes no capital societário.

Poderá, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto, desde que consideradas acessórias ou complementares do mesmo.

Resta referir que o Município Peso da Régua detém **16,29%**, ou seja **8.775.002,59€** do respetivo capital próprio (ajustado) desta entidade.

M. Z
O. F.P.
[Signature]

V – Demonstrações Orçamentais Consolidadas¹

¹ As DO's consolidadas apenas traduzem informação contabilística do Município, por não se aplicar a NCP26 à ADIN, EIM, não se incluindo, a mesma, no perímetro de consolidação orçamental.

1 – Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental 2024

01/01/2024 a 31/12/2024

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
RA01	Saldo de gerência anterior	874 670.83 €	561 031.89 €	DA01	Despesa corrente	19 121 134.45 €	15 766 944.51 €
RI01	Operações orçamentais [1]	460 290.30 €	41 936.39 €	D1	Despesas com o pessoal	6 740 445.37 €	6 495 139.00 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	5 123 093.30 €	4 875 986.35 €
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades			D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	297 062.05 €	245 032.35 €
RI03	Operações de tesouraria [A]	414 380.53 €	519 095.50 €	D1.3	Segurança social	1 320 290.02 €	1 374 120.30 €
				D2	Aquisição de bens e serviços	7 326 868.49 €	5 640 295.54 €
RA02	Receita corrente	19 832 785.52 €	17 462 759.20 €	D3	Juros e outros encargos	904 195.27 €	571 467.18 €
R1	Receita fiscal	2 884 467.71 €	3 004 585.84 €	D4	Transferências e subsídios correntes	2 459 873.66 €	2 438 144.38 €
R1.1	Impostos diretos	2 831 998.51 €	2 944 796.08 €	D4.1	Transferências correntes	2 459 873.66 €	2 120 227.19 €
R1.2	Impostos indiretos	52 469.20 €	59 789.76 €	D4.1.1	Administrações Públicas	82 551.06 €	67 399.44 €

h. 101
D. Fi
101

01/01/2024 a 31/12/2024

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	200 573.07 €	308 130.11 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R4	Rendimentos de propriedade	685 535.33 €	663 793.91 €	D4.1.1.3	Segurança Social		
R5	Transferências e subsídios correntes	13 753 613.02 €	11 399 344.08 €	D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1	Transferências correntes	13 753 613.02 €	11 399 344.08 €	D4.1.1.5	Administração Local	82 551.06 €	67 399.44 €
R5.1.1	Administrações Públicas	13 753 613.02 €	11 399 344.08 €	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 913 253.51 €	1 426 092.79 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	13 753 613.02 €	11 399 344.08 €	D4.1.3	Famílias	464 069.09 €	626 734.96 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.4	Outras		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.2	Subsídios Correntes		317 917.19 €
R5.1.1.4	Administração Regional			D5	Outras despesas correntes	1 689 751.66 €	621 898.41 €
R5.1.1.5	Administração Local						

01/01/2024 a 31/12/2024

h. 11

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
R5.1.2	Exterior - U E			DA02	Despesa de capital	4 760 541.28 €	9 010 026.32 €
R5.1.3	Outras			D6	Aquisição de bens de capital	4 347 338.07 €	8 620 426.32 €
R5.2	Subsídios correntes			D7	Transferências e subsídios de capital	413 203.21 €	389 600.00 €
R6	Venda de bens e serviços	1 842 270.46 €	1 852 688.58 €	D7.1	Transferências de capital	413 203.21 €	389 600.00 €
R7	Outras receitas correntes	466 325.93 €	234 216.68 €	D7.1.1	Administrações Públicas	411 602.00 €	367 500.00 €
RA03	Receita de capital			D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R8	Venda de bens de investimento	6 333 058.40 €	6 133 658.45 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9	Transferências e subsídios de capital	24 576.00 €	23 248.00 €	D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1	Transferências de capital	6 308 482.40 €	6 110 410.45 €	D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1	Administrações Públicas	6 308 482.40 €	6 110 410.45 €	D7.1.1.5	Administração Local	411 602.00 €	367 500.00 €
		6 308 482.40 €	6 110 410.45 €	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	1 601.21 €	22 100.00 €

01/01/2024 a 31/12/2024

M. 12
0. EP
A

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	6 308 482.40 €	6 110 410.45 €	D7.1.3	Famílias		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.4	Outras		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.2	Subsídios de capital		
R9.1.1.4	Administração Regional			D8	Outras despesas de capital		
R9.1.1.5	Administração Local						
R9.1.2	Exterior - U E			DA03	Despesa efetiva [5]	23 881 675.73 €	24 776 970.83 €
R9.1.3	Outras			DA04	Despesa não efetiva [6]	2 295 562.42 €	2 353 438.83 €
R9.2	Subsídios de capital			D9	Despesa com ativos financeiros		
R10	Outras receitas de capital			D10	Despesa com passivos financeiros	2 295 562.42 €	2 353 438.83 €
RA04	Receita efetiva [2]	26 186 419.19 €	23 598 555.91 €	DA05	Soma [7]=[5]+[6]	26 177 238.15 €	27 130 409.66 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 575.27 €	2 138.26 €	DOT1	Operações de tesouraria [C]	165 299.52 €	217 522.04 €

01/01/2024 a 31/12/2024

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a date stamp "13 | EP" and a signature.

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
RA05	Receita não efetiva [3]			DA06	Saldo para a gerência seguinte	2 492 389,19 €	874 670,83 €
R12	Receita com ativos financeiros	1 619 487,71 €	3 950 207,66 €	DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 088 959,05 €	460 290,30 €
R13	Receita com passivos financeiros			DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	403 430,14 €	414 380,53 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1 619 487,71 €	3 950 207,66 €	DA09	Saldo global [2] - [5]	2 304 743,46 €	-1 178 414,92 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]	28 266 197,20 €	27 590 699,96 €	DA10	Despesa primária	22 977 480,46 €	24 205 503,65 €
		154 349,13 €	112 807,07 €	DA11	Saldo corrente	711 651,07 €	1 695 814,69 €
				DA12	Saldo de capital	1 572 517,12 €	-2 876 367,87 €
				DA13	Saldo primário	3 208 938,73 €	-606 947,74 €
				DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	28 266 197,20 €	27 590 699,96 €
				DA15	Despesa total [5] + [6]	26 177 238,15 €	27 130 409,66 €

14 | 14

Handwritten signatures and initials.

4. 151

Recitas por cobrar no fim do período				Obrigações por pagar no fim do período			
Rubrica	Liquidações	31/12/2024	31/12/2023	Rubrica	Obrigações	31/12/2024	31/12/2023
RA02	Recita corrente	554 090,09 €	439 038,66 €	DA01	Despesa corrente	1 356 512,61 €	1 851 861,06 €
R1	Recita fiscal			D1	Despesas com o pessoal	163 403,08 €	162 630,91 €
R1.1	Impostos diretos			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	60 378,22 €	57 628,75 €
R1.2	Impostos indiretos	93 898,67 €	91 248,33 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 196,20 €	2 127,15 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D1.3	Segurança social	99 828,66 €	102 875,01 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades			D2	Aquisição de bens e serviços	778 509,35 €	1 385 956,71 €
R4	Rendimentos de propriedade	27 368,62 €	23 254,20 €	D3	Juros e outros encargos	996,87 €	31 306,83 €
R5	Transferências e subsídios correntes			D4	Transferências e subsídios correntes	218 414,78 €	180 050,34 €
R5.1	Transferências correntes			D4.1	Transferências correntes		
R5.1.1	Administrações Públicas			D4.1.1	Administrações Públicas		
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português			D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local		
R5.1.2	Exterior - U E			D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo		
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias		
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	241 570,94 €	143 399,11 €	D4.2	Subsídios Correntes	82 240,33 €	12 466,75 €
R7	Outras receitas correntes	131 251,86 €	181 137,02 €	D5	Outras despesas correntes	84 750,00 €	89 949,00 €
						51 424,45 €	77 634,59 €
RA03	Recita de capital	50,84 €	2 291,64 €	DA02	Despesa de capital	693 643,48 €	1 203 503,63 €
R8	Venda de bens de investimento			D6	Aquisição de bens de capital	693 643,48 €	1 203 503,63 €
R9	Transferências e subsídios de capital			D7	Transferências e subsídios de capital		
R9.1	Transferências de capital			D7.1	Transferências de capital		
R9.1.1	Administrações Públicas			D7.1.1	Administrações Públicas		
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português			D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local		
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo		
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	50,84 €	101,64 €	D8	Outras despesas de capital		
RA04	Recita efetiva [1]	554 140,93 €	441 330,30 €	DA03	Despesa efetiva [4]	2 050 156,09 €	3 055 364,69 €
RA05	Recita não efetiva [2]	0,00 €	0,00 €	DA04	Despesa não efetiva [5]	0,00 €	0,00 €
R12	Recita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Recita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
RA06	Soma [3]=[1]+[2]	554 140,93 €	441 330,30 €	DA05	Soma [6]=[4]+[5]	2 050 156,09 €	3 055 364,69 €

Handwritten signature and initials in blue ink.

VI - Análise económico-financeiro

O Balanço apresenta a posição do Património do Grupo Consolidado, no momento do encerramento, dividindo-se em Ativo, Património Líquido e Passivo, desenvolvidos, cada um deles, em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogêneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos a reconhecer;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos a reconhecer;
- Património Líquido.

Pela análise do quadro apresentado, verifica-se o apuramento de um resultado líquido consolidado positivo de **284 143,88€**, por força de um RLP das contas individuais do Município, no montante de **169 601,03€** e de um RLE proporcional, da ADIN, no valor de **114 542 ,85 €**.

Ativo

Inclui os bens e direitos do Grupo e encontra-se estruturado em dois grupos:

- Ativo não Corrente, composto pelos elementos do património do Grupo que apresentam carácter permanente e não destinados a venda – Ativos fixos tangíveis; Ativos intangíveis; Participações financeiras; Outros ativos financeiros;
- Ativo Corrente, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no prazo de 12 meses e é composto por: Inventários; Devedores por transferências e subsídios; Clientes, contribuintes e utentes; Estado e Outros Entes Públicos; Outras Contas a Receber; Caixa e Depósitos;

Estrutura Ativo

ATIVO	31/12/2023	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	variação	
					(€)	(%)
Ativos Fixos Tangíveis	56 138 070,20 €	74,75%	53 346 518,01 €	63,73%	-2 791 552,19 €	-4,97%
Ativos Fixos Intangíveis	719 910,40 €	0,96%	4 623 701,76 €	5,52%	3 903 791,36 €	542,26%
Participações Financeiras	13 119 685,19 €	17,47%	11 795 605,59 €	14,09%	-1 324 079,60 €	-10,09%
Clientes, contribuintes e Utentes	69 032,08 €	0,09%	69 032,08 €	0,08%	0,00 €	0,00%
Total Ativo não corrente	70 046 697,87 €	93,27%	69 834 857,44 €	83,43%	-211 840,43 €	-0,30%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 143 680,80 €	1,52%	7 574 382,92 €	9,05%	6 430 702,12 €	562,28%
Clientes, contribuintes e utentes	90 679,68 €	0,12%	194 799,90 €	0,23%	104 120,22 €	114,82%
Estado e outros entes públicos	307 032,65 €	0,41%	83 368,07 €	0,10%	-223 664,58 €	-72,85%
Outras contas a receber	2 545 207,68 €	3,39%	3 448 150,41 €	4,12%	902 942,73 €	35,48%
Diferimentos	96 252,14 €	0,13%	80 532,27 €	0,10%	-15 719,87 €	-16,33%
Caixa e depósitos bancários	874 670,83 €	1,16%	2 492 389,19 €	2,98%	1 617 718,36 €	184,95%

Total Ativo corrente	5 057 523,78 €	6,73%	13 873 622,76 €	16,57%	8 816 098,98 €	174,32%
Total do Ativo	75 104 221,65 €	100,00%	83 708 480,20 €	100,00%	8 604 258,55 €	11,46%

Passivo

O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados.

Em 2024, a sua estrutura resultou nas seguintes componentes:

- Passivo não corrente (Provisões, Financiamentos obtidos, Fornecedores de investimentos; outras contas a pagar);
- Passivo corrente (Fornecedores; Estado e Outros Entes Públicos; Financiamentos obtidos; Fornecedores de investimentos; Outras contas a pagar; Diferimentos).

Estrutura Passivo

Passivo	31/12/2023	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	variação	
					(€)	(%)
Provisões	4 099 633,30 €	11,85%	4 151 662,30 €	10,91%	52 029,00 €	1,27%
Financiamentos obtidos	12 601 214,20 €	36,42%	11 837 940,70 €	31,12%	-763 273,50 €	-6,06%
Fornecedores de Investimento	382 945,54 €	1,11%	722 445,72 €	1,90%	339 500,18 €	88,65%
Fornecedores	3 102 840,93 €	8,97%	2 618 507,01 €	6,88%	-484 333,92 €	-15,61%
Diferimentos	8 985 949,65 €	25,97%	14 060 539,81 €	36,96%	5 074 590,16 €	56,47%
Outras contas a pagar	2 091,49 €	0,01%	2 091,49 €	0,01%	0,00 €	0,00%
Total Passivo não corrente	29 174 675,11 €	84,31%	33 393 187,03 €	87,78%	4 218 511,92 €	14,46%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00 €	0,00%	67 238,81 €	0,18%	67 238,81 €	
Fornecedores	1 767 806,88 €	5,11%	1 135 916,58 €	2,99%	-631 890,30 €	-35,74%
Estado e outros entes públicos	141 508,09 €	0,41%	172 196,30 €	0,45%	30 688,21 €	21,69%
Financiamentos obtidos	865 136,36 €	2,50%	952 335,17 €	2,50%	87 198,81 €	10,08%
Fornecedores de investimento corrente	907 501,93 €	2,62%	496 667,25 €	1,31%	-410 834,68 €	-45,27%
Outras contas a pagar	1 746 807,50 €	5,05%	1 823 039,92 €	4,79%	76 232,42 €	4,36%
Total Passivo corrente	5 428 760,76 €	15,69%	4 647 394,03 €	12,22%	-781 366,73 €	-14,39%
Total do Passivo	34 603 435,87 €	100,00%	38 040 581,06 €	100,00%	3 437 145,19 €	9,93%

Handwritten signature and initials: E.P. and a circled P.

Património Líquido

Traduz a posição financeira do município.

Englobam o património, bem como as reservas e os resultados do município e desagregam-se em:

- Património/Capital;
- Resultados Transitados,
- Ajustamentos em ativos financeiros;
- Outras variações Património Líquido;
- Resultado Líquido do período.

Estrutura Património Líquido

Património	31/12/2023	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	variação	
					(€)	(%)
Património/capital	59 703 312,73 €	147,41%	59 703 312,73 €	130,73%	0,00 €	0,00%
Resultados Transitados	-43 281 417,99 €	-106,87%	-43 548 392,45 €	-95,36%	-266 974,46 €	0,62%
Ajustamentos em ativos financeiros	5 620 676,08 €	13,88%	4 237 959,74 €	9,28%	-1 382 716,34 €	-24,60%
Outras variações no património líquido	18 626 580,32 €	45,99%	24 990 875,24 €	54,72%	6 364 294,92 €	34,17%
Resultado líquido do período	-168 365,36 €	-0,42%	284 143,88 €	0,62%	452 509,24 €	268,77%
Total do Património Líquido	40 500 785,78 €	100,00%	45 667 899,14 €	100,00%	5 167 113,36 €	12,76%

O Balanço consolidado, reportado ao encerramento do exercício económico, reflete a posição financeira e patrimonial do Município e da ADIN EIM, apresentando, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios/capital próprio. A posição financeira e patrimonial está refletida pelo justo valor, através da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

h. 28
0 EP
P

Dívida Consolidada

Stock da Dívida - Empréstimos bancários 2024		
Designação	Município Peso da Régua	ADIN, EIM
Empréstimos Bancários - Passivo não Corrente	11 837 940,70 €	25 025 714,73 €
Empréstimos Bancários - Passivo Corrente	952 335,17 €	906 070,99 €
Total	12 790 275,87 €	25 931 785,72 €
Total Consolidado	38 722 061,59 €	
Stock da Dívida - Fornecedores e outras 2024		
Designação	Município Peso da Régua	ADIN, EIM
Fornecedores - Corrente	1 632 583,83 €	6 428 587,36 €
Fornecedores - não Corrente	3 340 952,73 €	
Estado e outros entes públicos - Corrente	172 196,30 €	304 036,04 €
Outras dívidas - corrente	1 823 039,92 €	1 769 818,45 €
Outras dívidas - não corrente	2 091,49 €	1 150 724,07 €
Total	6 970 864,27 €	9 653 165,92 €
Total Consolidado	16 624 030,19 €	

M. J. P.
D. F. P.
G

VII - Demonstrações Financeiras Consolidadas

1 – Balanço Consolidado 2024

BLC - BALANÇO CONSOLIDADO				
PERÍODO				ANO
2024/01/01-2024/12/31				2024
Rubricas	Notas	Datas		
		31/12/2024	31/12/2023	
ATIVO				
Ativo não corrente		69 834 857,44 €	70 046 697,87 €	
Ativos Fixos Tangíveis	5	53 346 518,01 €	56 138 070,20 €	
Ativos Intangíveis	1/3	4 623 701,76 €	719 910,40 €	
Participações Financeiras	20	11 795 605,59 €	13 119 685,19 €	
Clientes, Contribuintes e Utentes		69 032,08 €	69 032,08 €	
Ativo corrente		13 873 622,76 €	5 057 523,78 €	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		7 574 382,92 €	1 143 680,80 €	
Clientes, contribuintes e utentes corrente		194 799,90 €	90 679,68 €	
Estado e outros entes públicos	23,1	83 368,07 €	307 032,65 €	
Outras contas a receber corrente		3 448 150,41 €	2 545 207,68 €	
Diferimentos		80 532,27 €	96 252,14 €	
Caixa e Depósitos	1	2 492 389,19 €	874 670,83 €	
Total Ativo		83 708 480,20 €	75 104 221,65 €	
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital		59 703 312,73 €	59 703 312,73 €	
Resultados Transitados		-43 548 392,45 €	-43 281 417,99 €	
Ajustamentos em ativos financeiros		4 237 959,74 €	5 620 676,08 €	
Outras Variações no Património Líquido	1	24 990 875,24 €	18 626 580,32 €	
Resultado Líquido do período	1	284 143,88 €	-168 365,36 €	
Total Património Líquido		45 667 899,14 €	40 500 785,78 €	
PASSIVO				
Passivo não corrente		33 393 187,03 €	29 174 675,11 €	
Provisões	15	4 151 662,30 €	4 099 633,30 €	
Financiamentos Obtidos	7	11 837 940,70 €	12 601 214,20 €	
Fornecedores de investimento		722 445,72 €	382 945,54 €	
Fornecedores		2 618 507,01 €	3 102 840,93 €	
Diferimentos passivo		14 060 539,81 €	8 985 949,65 €	
Outras contas a pagar		2 091,49 €	2 091,49 €	
Passivo corrente		4 647 394,03 €	5 428 760,76 €	
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	67 238,81 €	0,00 €	
Fornecedores corrente	18	1 135 916,58 €	1 767 806,88 €	
Estado e outros entes públicos passivo		172 196,30 €	141 508,09 €	
Financiamentos obtidos corrente	7	952 335,17 €	865 136,36 €	
Fornecedores de investimento corrente	18	496 667,25 €	907 501,93 €	
Outras contas a pagar corrente	18	1 823 039,92 €	1 746 807,50 €	
Total Passivo		38 040 581,06 €	34 603 435,87 €	
Total Património Líquido e Passivo		83 708 480,20 €	75 104 221,65 €	

h. 72
D. E.P
P

2 - Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada 2024

Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada			
PERÍODO		ANO	
2024/01/01 - 2024/12/31		2024	
Rubricas	Notas	Periodos	
		2024	2023
Impostos e Taxas	14	3 205 727,80 €	3 590 256,49 €
Vendas	13	71,04 €	19 825,84 €
Prestações de Serviços	13	2 622 629,06 €	2 801 142,35 €
Transferências Correntes e subsídios à exploração obtidos	14	13 070 736,78 €	11 238 576,31 €
Rendimentos/Ganhos imputados de entidades controladas,	1	114 542,85 €	55 906,11 €
Custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas		-658 455,37 €	-619 908,36 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-5 474 457,14 €	-6 084 684,99 €
Gastos com pessoal	19	-6 841 852,45 €	-6 649 436,96 €
Transferências e subsídios concedidos		-3 446 244,79 €	-2 951 716,43 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-7 180,35 €	7 395,16 €
Provisões	15	-52 029,00 €	
Outros rendimentos	13/14	2 722 671,08 €	1 904 084,89 €
Outros gastos		-1 252 374,85 €	-266 868,27 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 003 784,66 €	3 044 572,14 €
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	3 e 5	-2 756 092,82 €	-2 402 521,80 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 247 691,84 €	642 050,34 €
Juros e rendimentos similares obtidos	14	3 026,90 €	6 535,24 €
Juros e gastos similares suportados		-966 574,86 €	-816 950,94 €
Resultado antes de impostos		284 143,88 €	-168 365,36 €
Imposto sobre o Rendimento		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		284 143,88 €	-168 365,36 €

3 – Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido 2024

Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido									
01/01/2024 a 31/12/2024									
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							
		Capital / Património subscrito	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		59 703 312,73 €	- 43 281 417,99 €	5 620 676,08 €	18 626 580,32 €	- 168 365,36 €	40 500 785,78 €		40 500 785,78 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)			266 974,46 €	- 1 382 716,34 €	6 364 294,92 €	168 365,36 €	4 882 969,48 €		4 882 969,48 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização									
Excedentes de revalorização e respetivas variações									
Transferências e subsídios de capital					1 631 568,36 €		1 631 568,36 €		1 631 568,36 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			- 266 974,46 €	- 1 382 716,34 €	4 732 726,56 €	168 365,36 €	3 251 401,12 €		3 251 401,12 €
Correção de erros materiais									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)						284 143,88 €	284 143,88 €		284 143,88 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)						452 509,24 €	452 509,24 €		452 509,24 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)									
Realizações de capital/património									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
Subscrições de prémios de emissão									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		59 703 312,73 €	- 43 548 392,45 €	4 237 959,74 €	24 990 875,24 €	284 143,88 €	45 667 899,14 €		45 667 899,14 €

4. 22
D.F.P.

4.108
D.E.P
P

4 - Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 2024

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa			
2024/01/01 a 2024/12/31			
Rubricas	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 842 270,46 €	1 827 808,89 €
Recebimentos de contribuintes		2 884 467,71 €	3 123 408,37 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		13 753 613,02 €	11 241 590,52 €
Recebimentos de utentes		2 066 771,68 €	214 187,27 €
Pagamentos a fornecedores		- 8 593 496,02 €	- 6 411 360,14 €
Pagamentos ao pessoal		- 6 747 438,47 €	- 6 501 577,20 €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 2 459 873,66 €	- 2 677 248,66 €
Caixa gerada pelas operações		2 746 314,72 €	816 809,05 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 2 195 006,04 €	923 022,23 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		551 308,68 €	1 739 831,28 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 4 347 338,07 €	- 7 416 213,08 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		682 508,43 €	23 248,00 €
Propriedades de Investimento			660 653,63 €
Transferências de capital		6 308 482,40 €	5 111 280,16 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2 643 652,76 €	1 621 031,29 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 619 487,71 €	3 107 189,19 €
Outras operações de financiamento		3 026,90 €	6 535,24 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 2 295 562,42 €	- 2 353 438,83 €
Juros e gastos similares		- 904 195,27 €	- 565 446,65 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		- 1 577 243,08 €	194 838,95 €
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 617 718,36 €	313 638,94 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		874 670,83 €	561 031,89 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2 492 389,19 €	874 670,83 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		874 670,83 €	561 031,89 €
Saldo da gerência anterior (SGA)	1	874 670,83 €	561 031,89 €
SGA De execução orçamental		460 290,30 €	41 936,39 €
SGA De operações de tesouraria		414 380,53 €	519 095,50 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2 492 389,19 €	874 670,83 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	1	2 492 389,19 €	874 670,83 €
SGS De execução orçamental		2 088 959,05 €	460 290,30 €
SGS De operações de tesouraria		403 430,14 €	414 380,53 €

5 - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota 1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade e período de relato:

Município do Peso da Régua, pessoa coletiva de direito público, com o NIF 506829260, e sede social em Praça do Município, 5054-003 - Peso da Régua, com natureza de Autarquia local, inserido na área territorial da Comunidade Intermunicipal do Douro – CIM DOURO.

As presentes demonstrações financeiras reportam ao período de relato referem-se ao exercício de 2024.

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico - Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Não existiram, no período em análise, quaisquer casos excecionais que determinem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

O conteúdo das demonstrações financeiras de 2024 são comparáveis com o exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas DF - Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável.

Não aplicável

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes - Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

De acordo com a Norma de Controlo Interno em vigor, a importância em numerário existente em caixa não deve ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias dos serviços municipais, ou seja, não deve ultrapassar o limite 3.000,00€ (excecionalmente, 6.000,00€). Sempre que no final do dia se apure um montante superior ao limite acima referido, o mesmo deverá ser depositado em contas bancárias tituladas pelo Município no dia útil seguinte.

e) valores de caixa e seus equivalentes – a seguir se apresenta quadro com a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Os valores em caixa e depósitos refletem o montante disponível nos cofres da tesouraria, os valores depositados em contas à ordem e ainda os valores depositados sob a forma de garantias e cauções prestadas a favor do Município, sob condição e tendo por base os contratos celebrados, à data de 31.12.2024.

A conta 13.3.2.1.0.1 – CGD Cauções antigas, domicilia verbas retidas em empreitadas de obras públicas, a título de reforço de garantia da sua boa execução e cujos titulares correspondem aos respetivos empreiteiros/fornecedores, configurando conta de depósito obrigatório – cauções.

Quadro 1 – Desagregação de Caixa e Depósitos

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS			
Conta	Designação	31/12/2024	31/12/2023
11	Caixa	2 574,11 €	2 596,75 €
12	Depósitos à ordem	2 086 384,94 €	457 693,55 €
12.1	Depósitos no Tesouro		
12.2	Depósitos bancários	2 086 384,94 €	457 693,55 €
13.1	Depósitos a prazo		
13.2	Depósitos consignados		
13.3	Depósitos de garantias e cauções	403 430,14 €	414 380,53 €
TOTAL		2 492 389,19 €	874 670,83 €

1.3. Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

- Entidade consolidante: Município Peso da Régua
- Entidade consolidada: Águas do Interior Norte, E.I.M., SA

1.4. Entidades excluídas do perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	NIPC	Proporção do capital detido			Motivos de exclusão
			capital social €	% participação detida	participação detida €	
ANMP - Assoc. Nacional Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa n. 52	501627413	1 543 432,42 €	0,28%	4 352,48 €	Entidades não enquadráveis nos termos dos nos. 4 ao 6 do art.º 75º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação
APMCH - Assoc. Municipais Municípios com centro histórico	Lamego	502131047	86 816,26 €	0,005%	357,00 €	
Assoc. Municípios Vale do Douro - Norte	Av. Carvalho de Araújo, n. 7	502459417		14,29%		
Associação do Douro Histórico	R. das Eiras	502577916		8,95%		
Assoc. Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís I. n. 55	503990698		2,44%		
Fundação Museu do Douro	R. Marquês de Pombal	507693671	1 093 034,10 €	6,860%	75 000,00 €	
AMPV - Assoc. Municípios Portugueses do Vinho	R. 16 Novembro - Torreão do Mercado municipal - Cartaxo - apt 55	508038430		0,58%	1 000,00 €	
Assoc. Ibérica Municípios Ribeirinhos do Douro	Ajuntament de Laguna del Duero, Plaza Mayor, 1	G0935129		2,30%		
Comunidade Intermunicipal do Douro - CIM Douro	Av. Carvalho de Araújo n. 7	508779200		5,26%		
Turismo Porto e Norte de Portugal - ER	Castelo de Santiago da Barra	508905435		1,16%		
Assoc. Municípios - Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro	Alameda de Grasse n. 7	509000487		33,33%		
Águas do Norte SA	Av. Osnabruck, n. 29 V. Real	513606084	108 095 467,50 €	0,43%	467 528,00 €	
Assoc. Municípios da Rota da Estrada Nacional N2	R. Combatentes s/n	514051744	0,00 €	2,94%	1 200,00 €	
Federação Portuguesa de Santiago	R. Dr. Henrique Botelho 5450-027 - Vila Pouca de Aguiar	515645478		1,92%		

1.5. Informações de procedimentos de consolidação:

O método de consolidação adotado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método, o previsto na NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

h. 78
p. 17
F.1?

Ajustamento de consolidação		
Descrição	AdIN EIM, S. A	%
Capitais Próprios a 31/12/2024, excluindo prémios de emissão e prestações suplementares	53 867 419,24 €	16,29%
Parte de capital do Município	8 775 002,59 €	
Valor inscrito	4 422 500,00 €	
Ajustamento MEP	4 352 502,59 €	

Reconhecimento da proporção do Resultado Líquido (RLP)		
Descrição	AdIN EIM, S. A	%
Resultado Líquido de 2024	703 148,24 €	16,29%
Parte do Resultado Líquido imputável ao Município	114 542,85 €	

Nota 2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com a NCP1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

Ativos intangíveis (AI)

Os AI adquiridos encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

As amortizações são calculadas quando o ativo se encontra em condições de utilização, pelo método das quotas constantes (ou linha reta), de acordo com o período de vida útil estimado, com referência ao Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para bens adquiridos após 01/01/2020, tendo sido aplicado o CIBE – Cadastro e Inventários dos bens do Estado, para bens adquiridos até 31/12/2019.

Compreende, essencialmente, projetos de desenvolvimento, licenças de software, programas de computador, entre outros. Um ativo intangível, como o caso dos projetos de desenvolvimento, apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado, e se o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

A amortização das licenças de software e programas de computador devem refletir o período pelo qual se espera que o ativo gere benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que é definida de acordo com o uso esperado desse ativo, período de utilização previsto em acordos e contratos, ou então determinada pela obsolescência resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou de uso deficiente.

Ativos Fixos Tangíveis (AF)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes (ou linha reta), a partir da data em que os ativos estejam disponíveis para utilização, em conformidade com o período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 (CC2) - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, tendo em consideração a sua obsolescência técnica ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.

Os terrenos não são objeto de qualquer depreciação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções..... 10-100 anos;

Infraestruturas.....10-20 anos;

Outros bens de domínio público.....10-100 anos;

Equipamento básico.....2-10 anos;

Equipamento de transporte.....4-20 anos;

Equipamento administrativo.....4-8 anos;

Equipamentos biológicos.....4-8 anos;

Outros ativos fixos tangíveis.....2-8 anos;

Os gastos de conservação e reparação em que se verifique que não incorrem num aumento da vida útil dos bens, nem resultem em outros benefícios económicos, como o aumento da capacidade ou potência, entre outros, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os investimentos em curso constituem ativos que se encontram na fase de construção, e foram mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida.

As mais ou menos valias que resultem da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são apuradas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico registado na data da alienação ou abate, e reconhecidas na demonstração de resultados em “outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

Participações Financeiras

O Município não tem entidades controladas. Nas entidades associadas a respetiva participação é inferior a 20%, tendo sido mensuradas pelo custo de aquisição, segundo a NCP 18 – Instrumentos financeiros, que permite a opção pelo modelo do custo nas suas demonstrações financeiras separadas, razão pela qual se manteve a política contabilística.

Imparidade de Ativos

A quantia escriturada de um ativo será reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, devendo a imparidade ser imediatamente reconhecida nos resultados.

Rendimentos e Gastos - Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber. O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando deve ser reconhecido. Como tal, este é reconhecido quando for provável que derivem para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Foi utilizada a melhor estimativa do risco fornecida pelas Sociedades de Advogados que assessoram o Município em processos de contencioso judicial. As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, é provável que seja exigido um exfluxo de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço). Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Dívidas a Receber e a Pagar

As dívidas a receber (Clientes, contribuintes e utentes) são mensuradas inicialmente pelo seu valor nominal e deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, para que estas reflitam o valor realizável líquido, à data de relato.

As dívidas a pagar (Fornecedores e outras dívidas) são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através de tais contratos sejam transferidos todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Por outro lado, são consideradas locações operacionais se, através dos respetivos contratos não sejam transferidos todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. À classificação das locações financeiras ou operacionais está subjacente o princípio da substância sob a forma, do respetivo contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações acumuladas e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro de encargos decorrentes do contrato estabelecido.

Os juros incluídos no valor das rendas – prestação – e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Acréscimos

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores. Foram considerados em acréscimos de rendimentos relativos a impostos diretos correspondentes ao mês de dezembro e recebidos apenas em janeiro de 2025, bem como a imputação do rendimento relativo ao Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama do ano 2024 cuja cobrança apenas ocorrerá em 2025, entre outros. Em acréscimos de gastos foi reconhecida a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos referentes a 2024, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará em 2025, consumo de eletricidade, água, comunicações, prestações de serviços, cuja despesa apenas irá ocorrer no exercício seguinte.

Diferimentos (especialização dos períodos)

As receitas e as despesas devem ser reconhecidas no cumprimento do regime do acréscimo – periodização económica -, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são reconhecidas nas rubricas de “outras contas a receber e a pagar” e em “Diferimentos”, nomeadamente, rendas, prestações de serviços, entre outros.

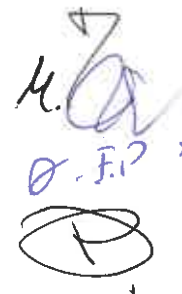
Financiamentos obtidos

Os empréstimos obtidos estão mensurados pelo seu valor nominal. Os custos dos juros e outros encargos incorridos com empréstimos, são reconhecidos como gastos, no cumprimento do princípio do acréscimo.

Benefícios aos Empregados

Os benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pelo Município em troca de serviços prestados pelos empregados. Estes benefícios podem ser categorizados como benefícios de curto prazo, outros benefícios de longo prazo, benefícios pós-emprego e benefícios de cessação de emprego.

Os benefícios aos empregados de curto prazo incluem vencimentos, subsídios de férias e Natal, subsídios de refeição, entre outros, assim como contribuições e encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de aposentações e outros encargos sociais.



Inventários

O Município não apresenta inventário, tendo em conta que, nos termos da portaria nº189/2016 respeitante às normas de enquadramento do plano de contas multidimensional (PCM) do SNC-AP, nomeadamente no que respeita à classe 3 – Inventários, verifica-se que existe uma alteração na contabilização dos mesmos, sendo os bens consumíveis apresentados em “diferimentos”, no balanço.

Caixa e equivalentes de caixa

A entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos bancários e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Os valores em caixa e depósitos refletem o montante disponível nos cofres da tesouraria, os valores depositados em contas à ordem e ainda os valores depositados sob a forma de garantias e cauções prestadas a favor do Município, sob condição e tendo por base os contratos celebrados, à data de 31.12.2024.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras teve em consideração os seguintes princípios: Continuidade - As demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de que a Câmara Municipal continuará a sua atividade, com a mesma capacidade para o desempenho das suas atividades e operações, na prossecução das funções que lhe estão, legalmente, cometidas.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica - Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Consistência de Apresentação - As demonstrações financeiras são consistentes face ao período anterior, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, salvo alterações significativas, devidamente fundamentadas no presente anexo, garantindo a fiabilidade e relevância de tais demonstrações financeiras, para os respetivos utilizadores.

Materialidade e Agregação - Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores. Por conseguinte, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função distinta, são apresentados separadamente, a menos que consideradas imateriais.



Compensação - Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. Desta forma, os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens do balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento e vice-versa.

Informação Comparativa - As demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição e desempenho financeiros, bem como os fluxos de caixa da entidade em conformidade com as NCP.

2.3 Julgamento

Não foram efetuados juízos de valor.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações foram elaboradas numa perspectiva de continuidade das operações. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Se forem considerados significativos, serão os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.5 Aplicação inicial de uma NCP

No período em análise não foi efetuado qualquer ajustamento, em resultado da aplicação inicial das NCP.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Todas as estimativas e reconhecimentos adotados pela entidade foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data da aprovação das demonstrações financeiras, operações e transações em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores.

No exercício de 2024 foi promovida a regularização de depreciações e do valor de financiamento relativo a 83 bens, pelo valor líquido de € 42.702,99, dos quais se destaca pela sua expressão financeira, o REGISTO DA PROPRIEDADE HORIZONTAL DO BAIRRO DA JUNTA AUTÓNOMA DE ESTRADAS, o qual foi registado pelo valor de € 734.400,02, através da nota de lançamento 7668. A regularização foi registada por contrapartida de Resultados Transitados.

As demonstrações financeiras de 2023, apresentadas para efeitos de comparativos, não foram reexpressas, por se entender que a regularização não é material/relevante.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (AI) compreendem, essencialmente, dispêndios com programas de computador e sistemas de informação, bem como projetos de desenvolvimento entre outros, estando reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A norma dos ativos intangíveis (NPC 3) veio determinar o tratamento contabilístico a dar a este tipo de ativos, estipulando que não deve ser reconhecido qualquer ativo intangível na fase da pesquisa, pois a entidade não pode demonstrar que esse ativo gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que o dispêndio em pesquisa, deverá ser reconhecido como um gasto.

Foi aplicado o Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para bens adquiridos após 01/01/2020, do Plano de Contas Multidimensional para determinação das respetivas vidas úteis e taxas de amortização, tendo sido aplicado o CIBE – Cadastro e Inventários dos bens do Estado, para bens adquiridos até 31/12/2019.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2024, a variação na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, é apresentada no seguinte quadro:

h7
D.E.P
P

Quadro 3.1 – AI – Variação das Amortizações e Perdas por Imparidades Acumuladas

AI - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS									
RUBRICAS		Início do Período				Final do Período			
		Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
[1]		[2]	[3]	[4]	[5] = [2] - [3] - [4]	[6]	[7]	[8]	[9] = [6] - [7] - [8]
	Ativos Intangíveis	1 334 757,03 €	614 846,63 €		719 910,40 €	5 642 905,98 €	1 019 204,22 €		4 623 701,76 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público								
A12	Goodwill								
A13	Projetos de desenvolvimento								
A14	Programas de computador e sistemas	400 474,25 €	400 474,25 €			400 474,25 €	400 474,25 €		
A15	Propriedade industrial e intelectual								
A16	Outros	934 282,78 €	214 372,38 €		719 910,40 €	5 242 431,73 €	618 729,97 €		4 623 701,76 €
A17	Ativos intangíveis em curso								
TOTAL		1 334 757,03 €	614 846,63 €		719 910,40 €	5 642 905,98 €	1 019 204,22 €		4 623 701,76 €

Quantia escriturada e variações do período - Durante o período económico de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas consta do quadro seguinte:

Quadro 3.2A - AI – Quantia Escriturada e Movimentos do Ano

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO ANO											
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	Ativos Intangíveis	719 910,40 €	182 807,85 €	4 125 341,10 €				-404 357,59 €			4 623 701,76 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento										
A14	Programas de computador e sistemas										
A15	Propriedade industrial e intelectual										
A16	Outros	719 910,40 €	182 807,85 €	4 125 341,10 €				-404 357,59 €			4 623 701,76 €
A17	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL		719 910,40 €	182 807,85 €	4 125 341,10 €				-404 357,59 €			4 623 701,76 €

Desagregação das adições

Desagregação das adições - A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

Quadro 3.2A - AI – Desagregação das Adições

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Rubrica	Designação	Adições									Total
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	Ativos Intangíveis	182 807,85 €									182 807,85 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento										
A14	Programas de computador e sistemas										
A15	Propriedade industrial e intelectual										
A16	Outros	182 807,85 €									182 807,85 €
A17	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL		182 807,85 €									182 807,85 €

Desagregação das diminuições

Não se registaram diminuições em AI, pelo que o quadro 3.2B não tem preenchimento.

h. 7
0 E.I.
D

Nota 4 —Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, apenas a recebimentos. O modelo de compensação dos concessionários é o da atribuição de um direito.

A renda é paga ao município com periodicidade trimestral, sendo que a concessionária tem o direito de utilização do domínio público municipal para a distribuição e comercialização de energia elétrica em baixa tensão, efetuando todos os investimentos indispensáveis às necessidades energéticas do concelho.

No final do contrato de concessão, a rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão reverterá para o património municipal.

Quadro 4.1 – Acordos de Concessão de Serviços

Acordos de Concessão de serviços	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da Concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.	E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A. (ex EDP - Distribuição de Energia, S.A.)	utilização do domínio público municipal	20 anos				

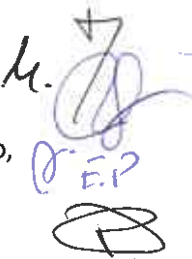
É entendimento que o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associados ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

Como já referido, os equipamentos e as infraestruturas acima referidos encontram-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária, pagando, para o efeito, uma renda de exploração ao Município, conforme se encontra previsto no contrato de concessão.

Para que o Município proceda ao reconhecimento dos ativos associados ao contrato de concessão, é necessário que disponha de informação suficiente e detalhada para o efeito.

Atendendo à insuficiente informação prestada pela concessionária EDP, não existem condições para proceder ao reconhecimento dos ativos que se encontram ao abrigo do contrato de concessão, pelo que a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços não foi aplicada.

Por conseguinte, os ativos (equipamentos e infraestruturas) associados ao mencionado contrato de concessão, são controlados, geridos e incrementados exclusivamente pelo Concessionário,

h. 

não tendo o Município qualquer controlo nem informação sobre a sua existência, estado, localização, valor, etc, sobre os tais ativos.

Em face do exposto, o Município não reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos (equipamentos e infraestruturas) associados ao presente contrato de concessão, não dando cumprimento, desta forma, à NCP 4 e ao parágrafo 93 da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Pública.

Nota 5 —Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Município encontram-se reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e qualquer eventual perda por imparidade. O custo inclui o custo de compra, e outros custos necessários para colocarem o ativo a funcionar da forma pretendida. Os custos subsequentes ao início de funcionamento do ativo, são devidamente analisados em função dos benefícios económicos ou potencial de serviço que irão trazer para o ativo, determinando-se se se trata de um custo de reparação e manutenção, sendo deste modo considerado um gasto, ou se, pelo contrário, se trata de uma benfeitoria ao bem e como tal será reconhecido como ativo.

O Município atualizou as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis respeitantes aos edifícios e outras construções, de acordo com o pressuposto no Classificador Complementar 2 (CC2). As depreciações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta).

A variação da quantia escriturada e depreciações dos ativos fixos tangíveis, durante o período económico de 2024, é apresentada no seguinte quadro:

Quadro 5.1 – AFT – Variações das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

AFT - VARIAÇÃO DAS DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS								
RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
	[1]	[2]	[3]	[4] = [2] - [3]	[5]	[6]	[7]	[8] = [5] - [6]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	62 396 429,92 €	52 794 116,75 €		9 604 313,17 €	49 040 574,65 €	39 562 352,17 €		9 478 222,48 €
AFT11 Terrenos e recursos naturais	906 557,77 €			906 557,77 €	906 557,77 €			906 557,77 €
AFT12 Edifícios e outras construções	6 100 093,91 €	5 104 304,17 €		995 789,74 €	6 100 541,41 €	5 164 253,66 €		936 287,75 €
AFT13 Infraestruturas	54 385 101,29 €	47 688 923,56 €		6 696 177,73 €	41 509 130,91 €	34 396 913,15 €		7 106 217,76 €
AFT14 Património histórico, artístico e cultural	91 303,10 €	889,02 €		90 414,08 €	91 303,10 €	1 185,36 €		90 117,74 €
AFT15 Outros								
AFT16 Bens de domínio público em curso	915 373,85 €			915 373,85 €	439 041,46 €			439 041,46 €
Ativos fixos em concessão								
AFT21 Terrenos e recursos naturais								
AFT22 Edifícios e outras construções								
AFT23 Infraestruturas								
AFT24 Património histórico, artístico e cultural								
AFT25 Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	65 465 824,66 €	18 992 067,63 €		46 533 757,03 €	63 575 039,67 €	19 706 744,14 €		43 868 295,53 €
AFT31 Terrenos e recursos naturais	8 805 150,03 €			8 805 150,03 €	9 148 643,98 €			9 148 643,98 €
AFT32 Edifícios e outras construções	39 555 569,91 €	14 085 951,44 €		25 519 618,47 €	41 568 067,10 €	14 628 319,12 €		26 939 747,98 €
AFT33 Equipamento básico	2 928 669,16 €	2 306 580,19 €		822 088,97 €	2 937 111,18 €	2 185 291,07 €		751 849,11 €
AFT34 Equipamento de transporte	1 548 973,58 €	1 520 144,09 €		28 229,49 €	1 743 680,66 €	1 587 561,92 €		156 118,74 €
AFT35 Equipamento administrativo	707 937,76 €	548 762,63 €		159 175,13 €	718 043,57 €	571 026,63 €		147 016,94 €
AFT36 Equipamentos biológicos								
AFT37 Outros	867 891,46 €	720 629,28 €		147 262,18 €	868 272,01 €	734 545,40 €		133 726,61 €
AFT38 Ativos fixos tangíveis em curso	11 052 232,76 €			11 052 232,76 €	6 591 192,17 €			6 591 192,17 €
TOTAL	127 864 254,58 €	71 726 184,38 €		56 138 070,20 €	112 615 614,32 €	59 269 096,31 €		53 346 518,01 €

Handwritten signature and initials: "M. Z. P." and a circled "D".

Quantia escriturada e variações do período - Os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações do período, foram os seguintes:

Quadro 5.2 – AFT – Quantia escriturada e variações do ano

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO ANO									
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações do período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	9 604 313,17 €	1 377 099,30 €	3 206,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 222 541,66 €		9 478 222,48 €
Terrenos e recursos naturais	906 557,77 €								906 557,77 €
Edifícios e outras construções	995 789,74 €	447,50 €					-59 949,49 €		936 287,75 €
Infraestruturas	6 696 177,73 €	1 240 551,84 €	615 638,85 €				-1 162 295,11 €		7 106 217,76 €
Património histórico, artístico e cultural	90 414,08 €						-296,34 €		90 117,74 €
Outros									
Bens de domínio público em curso	915 373,85 €	136 099,96 €	-612 432,35 €						439 041,46 €
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis	46 533 757,03 €	3 874 604,11 €	-4 155 453,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 129 193,57 €	0,00 €	43 868 295,53 €
Terrenos e recursos naturais	8 802 150,03 €	990 733,95 €							9 792 883,98 €
Edifícios e outras construções	25 519 610,47 €	979 760,57 €	1 921 581,32 €				-917 710,38 €		28 992 742,98 €
Equipamento básico	822 100,97 €	78 520,96 €	-26 906,25 €				-121 854,57 €		751 849,11 €
Equipamento de transporte	28 229,49 €	225 949,94 €					-53 448,50 €		256 118,74 €
Equipamento administrativo	159 171,13 €	10 105,81 €					-22 264,02 €		147 012,92 €
Equipamentos biológicos									
Outros	147 262,18 €	380,55 €					-13 911,12 €		133 726,61 €
Ativos fixos tangíveis em curso	11 052 231,76 €	1 589 091,33 €	-6 050 132,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			6 591 190,17 €
TOTAL	56 138 174,20 €	5 251 703,41 €	-4 152 247,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 351 735,23 €	0,00 €	53 346 518,01 €

Desagregação das adições - A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

Quadro 5.2A – AFT – Desagregação das Adições

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		1 377 099,30 €									1 377 099,30 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		447,50 €									447,50 €
Infraestruturas		1 240 551,84 €									1 240 551,84 €
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso		136 099,96 €									136 099,96 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		2 652 954,49 €				1 221 649,62 €					3 874 604,11 €
Terrenos e recursos naturais		807 194,00 €				183 599,95 €					990 793,95 €
Edifícios e outras construções		19 311,70 €				960 386,87 €					979 760,57 €
Equipamento básico		78 520,96 €									78 520,96 €
Equipamento de transporte		248 287,14 €				77 662,80 €					325 949,94 €
Equipamento administrativo		10 105,81 €									10 105,81 €
Equipamentos biológicos											
Outros		380,55 €									380,55 €
Ativos fixos tangíveis em curso		1 589 091,33 €									1 589 091,33 €
TOTAL	0,00 €	4 030 173,79 €				1 221 649,62 €					5 251 703,41 €

Desagregação das diminuições - No seguinte quadro, encontram-se as diminuições do período:

4. 
E.P.O.


Quadro 5.2B – AFT – Desagregação das diminuições

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		-283 854,83 €				-283 854,83 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas		-283 854,83 €				-283 854,83 €
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	-48 477,69 €	-471 700,00 €			-735 240,50 €	-1 255 418,19 €
Terrenos e recursos naturais	-30 100,00 €	-471 700,00 €			-145 500,00 €	-647 300,00 €
Edifícios e outras construções	-18 377,69 €				-545 128,31 €	-563 506,00 €
Equipamento básico						
Equipamento de transporte					-44 612,19 €	-44 612,19 €
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL	-48 477,69 €	-755 554,83 €			-735 240,50 €	-1 539 273,02 €

Nota 6 — Locações

6.1 – Locações Financeiras

Não aplicável

6.2 – Locações operacionais

Quadro 6.2 – Locações Operacionais - Locatário

Bens locados (1)	valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos do locatário (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	entre 1 e 5 anos	superior a 5 anos	total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Aluguer de máquinas fotocopadoras	92 124,54 €	36 860,64 €		10 233,60 €		30 708,24 €	14 322,06 €		92 124,54 €	
Aluguer de filmes	78 031,20 €	23 290,05 €		1 599,00 €		53 142,15 €			78 031,20 €	

6.3 – Locações financeiras – locadores

Não aplicável

6.4 – Locações operacionais – Locadores

Não aplicável

Nota 7 — Financiamentos obtidos

Tendo em vista dar cumprimento ao exigido no ponto 7.1 do anexo à NCP 1, consta na secção – **Documentos específicos para a Administração Local**, informação sobre os empréstimos obtidos, sobre os quais o Município não capitalizou juros, no exercício de 2024 (Modelo 18 – Tribunal de Contas).

Nota 8 — Propriedades de investimento

Não aplicável

Nota 9 — Imparidade de ativos

Grande parte das informações quantitativas relativas à imparidade de ativos previstas na Nota 9 do Anexo já está divulgada nos quadros apresentados na Nota 3 (ativos intangíveis) e/ou na Nota 5 (ativos fixos tangíveis).

Para divulgar informação acerca da forma como foi apurada a quantia recuperável dos ativos pode ser desenvolvido o quadro seguinte:

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa						
Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Cientes, contribuintes e utentes		169 567,90 €	169 567,90 €	- €		
Outros devedores		181 137,02 €	181 137,02 €	- €		
TOTAL		350 704,92 €	350 704,92 €	- €		

A perda por imparidade de dívidas a receber foi reforçada em 2024 no valor de 7.180,35€.

Nota 10 — Inventários

O Município não apresenta inventário, tendo em conta que, nos termos da portaria nº189/2016 respeitante às normas de enquadramento do plano de contas multidimensional (PCM) do SNC-AP, nomeadamente no que respeita à classe 3 – Inventários, verifica-se que os bens consumíveis são apresentados em “diferimentos”, no balanço.

As divulgações exigidas no ponto 10.1 do Anexo podem ser resumidas nos **Quadros 10.1 e 10.2** seguintes:

h. J. P.
D. E. P.
P.

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumuladas	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	62 710,70 €	28 093,20 €	34 617,50 €
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	62 710,70 €	28 093,20 €	34 617,50 €

Quadro 10.2 - Inventários : Movimentos do Período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	96 241,22 €	627 916,01 €	661 446,53 €		28 093,20 €				34 617,50 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	96 241,22 €	627 916,01 €	661 446,53 €		28 093,20 €				34 617,50 €

Nota 11 – Agricultura

Não aplicável

Nota 12 – Contratos de construção

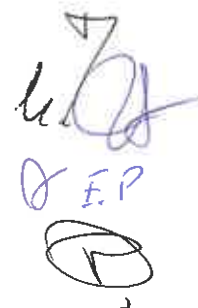
Não aplicável

Nota 13 — Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se quadro com informação relativa a tais rendimentos.

h. 2
F.P.
D

RENDIMENTOS COM CONTRAPRESTAÇÃO (Q.13.1)	
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	2 622 629,06 €
Saneamento	
Resíduos Sólidos	945 203,65 €
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	211 900,80 €
Trabalhos por Conta de Particulares	
Cemitérios	12 540,94 €
Parques de Estacionamento	
Serviços Sociais	149 630,28 €
Serviços Culturais	310 058,32 €
Serviços Culturais	127 474,00 €
Serviços Desporto	113 663,16 €
Serviços Recreativos	68 921,16 €
Vistorias e ensaios	
Aluguer de equipamentos	
Outros serviços	993 295,07 €
Outros serviços	94 190,52 €
Outros	
Arrendamento	899 104,55 €
Venda de bens	71,04 €
Água	
Outras mercadorias	
Outras mercadorias	
Habitação Social	
Saneamento	
Produtos acabados e intermédios	71,04 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	
Juros	3 026,90 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	3 026,90 €
Juros obtidos	
Dividendos obtidos	
Outros rendimentos similares	3 026,90 €
Royalties	
Dividendos ou distribuições similares	
Outros	2 722 671,08 €
Ganhos em inventários	
Alienações Ativos fixos tangíveis	18 200,00 €
Sinistros	
Outros rendimentos	2 704 471,08 €
Outros rendimentos	
Correções relativas a períodos anteriores	573 143,56 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 908 236,70 €
Outros não especificados	106 539,47 €
Outros rendimentos suplementares	116 551,35 €
TOTAL	5 348 398,08 €

**Nota - 14 — Rendimento de transações sem contraprestação**

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências.

Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresentam-se quadros com informação relativa a tais rendimentos.



Município Peso da Régua

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido 2024

Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido									
01/01/2024 a 31/12/2024									
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							
		Capital / Património subscrito	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		59 703 312,73 €	- 43 281 417,99 €	5 620 676,08 €	18 626 580,32 €	- 168 365,36 €	40 500 785,78 €		40 500 785,78 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)									
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização									
Excedentes de revalorização e respetivas variações									
Transferências e subsídios de capital									
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido									
Correção de erros materiais									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)									
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)									
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)									
Realizações de capital/património									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
Subscrições de prémios de emissão									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		59 703 312,73 €	- 43 548 392,45 €	4 237 959,74 €	24 990 875,24 €	284 143,88 €	45 667 899,14 €		45 667 899,14 €

Órgão Executivo
Em ____ de ____ de 2025

Órgão Deliberativo
Em ____ de ____ de 2025

h. 3
D. E. P.
D.

RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO (Q.14.1)					
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido e		Rendimento do período reconhecido e		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	2 134 565,40 €				
Derrama	296 262,70 €				
imposto municipal sobre imóveis	1 459 511,68 €				
imposto único de circulação	378 791,02 €				
Outros					
Impostos indiretos	882 804,97 €				
Loteamentos e Obras					
Ocupação da Via Pública	5 057,68 €				
Publicidade	7 403,56 €				
Saneamento					
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)					
Imposto sobre o Ruído					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	819 016,41 €				
Outros					
Mercados e Feiras	51 327,32 €				
Outros					
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de					
Taxas	184 307,18 €				
Mercados e feiras	14 729,12 €				
Loteamentos e obras	87 796,13 €				
Ocupação da via pública	46 849,66 €				
Saneamento					
Licença sobre o ruído					
Outras	35 068,69 €				
Outras	111,57 €				
Taxa municipal de direitos de passagem	-247,99 €				
Multas e outras penalidades	4 050,25 €				
Juros de mora	351,30 €				
Coimas e penalidades por contraordenações					
Outras multas e penalidades	2 631,38 €				
Multas e coimas por infrações ao Código da Estrada e legislação	1 067,57 €				
Transferências sem condição	13 021 758,27 €				
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	7 247 054,00 €				
Fundo Social Municipal (FSM)	384 648,00 €				
Participação no IRS	581 940,00 €				
Administração Regional					
Segurança Social					
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	3 618 583,00 €				
Participação do IVA	157 468,97 €				
Outras	205 723,94 €				
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	826 340,36 €				
Transferências com condição	22 252,33 €				
Serviços e Fundos Autónomos	104,55 €				
FEDER	2 147,78 €				
Outras entidades	20 000,00 €				
Subsídios sem condição	26 726,18 €				
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações					
Outros					
TOTAL	16 276 464,58 €				

Nota - 15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 — Provisões

O valor relevado na conta de provisões para processos judiciais em curso, refere-se aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, cuja informação consta no quadro seguinte.

M. B. J.
D. E. P.
B.

Quadro 15.1 – Provisões

Quadro 15.1 - Provisões
Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(8)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	4 099 633,30 €	52 029,00 €			52 029,00 €					4 151 662,30 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	4 099 633,30 €	52 029,00 €	- €	- €	52 029,00 €					4 151 662,30 €

15.2 – Passivos Contingentes

A NCP15 determina a divulgação também dos passivos e ativos contingentes em notas explicativas às demonstrações financeiras, por forma a permitir a compreensão da sua natureza, oportunidade e quantia.

Ainda, a NCP15 caracteriza os ativos e passivos contingentes como aqueles que não são reconhecidos porque a sua existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente dentro do controlo da entidade.

A norma faz a distinção de Passivos contingentes — que não são reconhecidos como passivos porque são:

- (i) Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço;
- (ii) Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento desta Norma, quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Quadro 15.2 – Provisões

Natureza/Descrição - Passivo	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo
Processo nº 277/13.1BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	732 368,22 €	Indeterminável
Processo nº 39/14.9BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	1 320 495,57 €	Indeterminável
Processo nº 19/15.7BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	997 926,79 €	Indeterminável
Processo nº 436/15.2BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	965 474,65 €	Indeterminável
Processo nº 172/20.8BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Indeterminável
Processo nº 168/20.0BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Indeterminável
Processo nº 2/13.71TBCPRT - TAC Norte - Ministério das Finanças	83 368,07 €	Indeterminável
Processo nº 241/21.7BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Indeterminável
Processo nº 193/22.6 BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Sentença Favorável
Processo nº 139/24.7 BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	52 029,00 €	Indeterminável
Processo nº 209/24.1 BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Indeterminável
Processo nº 385/24.3 BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Indeterminável

15.3 – Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem geralmente de acontecimentos não planeados ou inesperados que não estão totalmente sob o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras porque isso poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderão nunca ser realizados. Um ativo contingente deve ser divulgado quando seja provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, sendo que os ativos contingentes devem ser avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos são apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras. Se se tornar praticamente certo que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade, o ativo e o rendimento relacionado devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorre. Se se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, a entidade deve divulgar um ativo contingente.

M 7
D - E.P
B

Quadro 15.3 – Ativos Contingentes

Natureza/Descrição - Ativo	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do influxo
CA- Contribuição Autarquica (impostos abolidos)	2 443,60 €	Indeterminavel
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	329 683,33 €	Indeterminavel
IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas	32 797,61 €	Indeterminavel
IUC - Imposto Único de Circulação	163 667,64 €	Indeterminavel
Total:	528 592,18 €	

O quadro supra é referente aos recebimentos em atraso, relativo a impostos municipais de anos anteriores, disponibilizados no Portal da Autoridade Tributária, no cumprimento do nº2, do artº17, do DL 127/2012, de 21 de junho.

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 —Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, o Município avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras. Desta forma, quando houver evidência de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos serão ajustados nas demonstrações financeiras. Por outro lado, se não houver evidência que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que o Município tomou conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras e têm dimensão material, estes são descritos nesta nota. Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material nas Demonstrações Financeiras do período económico de 2024.

Nota 18 — Instrumentos financeiros

De acordo com a NCP18, a entidade deve divulgar em relação às políticas contabilísticas, as bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas

M. [assinatura]
D. EP
[assinatura]

contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

18.1— Ativo

Conforme parágrafo 10 da NCP 18, os ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. No reconhecimento subsequente, podem continuar ao justo valor ou ao custo amortizado, conforme parágrafos 11 e 12, respetivamente.

Analisada a participação no capital de diversas entidades pelo Município do Peso da Régua, segue a relação das entidades cujos investimentos em capital se cifram numa participação inferior a 20%, e por este facto são tipificadas como investimentos financeiros que não são participações de capital em entidades controladas ou associadas. Considerando o exposto e apesar do valor da participação ser inferior a 20%, foram efetuados testes de imparidade onde se concluiu pelo aumento da participação do capital detido pelo Município, no entanto, considerando a percentagem da participação foi determinado que estes ativos manteriam a sua valoração ao custo de aquisição, sem ter sido objeto de qualquer imparidade, o que sucederia se dos testes efetuados resultasse uma redução do valor da fração do capital detido à data do relato pela autarquia.

Tendo em vista dar cumprimento às divulgações da informação referida nas notas 18.2, 18.5 e 18.20, foram elaborados elaboração os seguintes quadros:

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de Justo valor	Perdas por imparidades	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras - justo valor										
41.4.1.9.2 - ADIN	10 974 503,59 €									10 974 503,59 €
41.4.1.9.2 - Água do Norte, Lda	467 528,00 €									467 528,00 €
Outros ativos financeiros										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
41.4.1.1 - FAM - Fundo de Apoio Municipal	353 574,00 €									353 574,00 €
Outros ativos financeiros										
20.1 - Devedores p/transferências e subsídios	1 143 680,80 €				6 480 702,12 €					7 574 382,92 €
21 - Clientes contribuintes e utentes	159 711,76 €				35 088,14 €					194 799,90 €
27.8.9.1 - Outros devedores	287 690,86 €				780 242,09 €					1 018 132,95 €
Total	13 336 889,01 €	- €	- €	- €	7 246 032,35 €	- €	- €	- €	- €	20 582 921,36 €

M. Q.
0 - E.
P

Quadro 18.2 – Passivos Financeiros

Quadro 18.2 - Passivos Financeiros
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia Escriturada Final
		Aquisições	Ganhos de Justo Valor	Outros	Alienações	Perdas de Justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros Passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros Passivos financeiros								
22.1 - Fornecedores c/c	2 932 184,49 €						1 485 413,41 €	1 446 771,08 €
22.6 - Fornecedores c/c factoring	1 938 463,32 €			369 189,19 €				2 307 652,51 €
27.1.1 - Fornecedores de Investimento	1 290 447,47 €						71 334,50 €	1 219 112,97 €
27.1.6 - Fornecedores de Investimento factoring	0,00 €						0,00 €	0,00 €
27.7 - Caupões	414 380,53 €						10 950,39 €	403 430,14 €
27.8.9.2 - Outros credores	240 537,62 €			27 623,63 €				268 161,25 €
20.4.2.1. - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis - De médio e longo prazo	76 311,16 €			71 442,93 €				147 795,09 €
20.4.2.2.02.9.2.01 - EQ BEI PT 2020	2 064 174,95 €			25 479,61 €				2 089 654,56 €
20.8.2.1.01.1 - Outros credores por transferências e subsídios	- €			67 238,81 €				67 238,81 €
25.1.1 - Financiamentos Obtidos - Instituições de crédito e sociedades financeiras - Empréstimos bancários								
25.1.1.2.1.1.1.01 - BPI	104 234,60 €						3 960,56 €	100 274,04 €
25.1.1.2.1.1.1.02 - Caixa Geral de Depósitos	89 111,65 €						12 086,21 €	77 322,44 €
25.1.1.2.1.1.1.04 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	39 387,50 €			8 311,26 €				47 699,76 €
25.1.1.2.1.1.1.05 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	385 372,35 €			20 235,04 €				405 607,39 €
25.1.1.2.1.1.2.01 - Caixa Geral de Depósitos	43 416,00 €			1 989,86 €				45 405,86 €
25.1.1.2.1.1.2.02 - Novo Banco	45 049,75 €			90,03 €				45 139,78 €
25.1.1.2.1.1.2.03 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	81 915,35 €			1 175,46 €				83 090,81 €
25.1.1.2.2.1.01 - BPI	525 685,08 €						100 274,04 €	425 411,04 €
25.1.1.2.2.1.02 - Caixa Geral de Depósitos	211 662,44 €						77 402,42 €	134 260,02 €
25.1.1.2.2.1.1.04 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	7 917 060,90 €						437 894,45 €	7 479 166,45 €
25.1.1.2.2.1.2.01 - Caixa Geral de Depósitos	102 103,59 €						45 458,64 €	56 644,95 €
25.1.1.2.2.1.2.02 - Novo Banco	151 440,18 €						44 558,18 €	106 882,00 €
25.1.1.2.2.1.2.03 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	1 629 087,06 €						83 165,38 €	1 545 921,68 €
Total	20 282 363,11 €	- €	- €	592 776,82 €	- €	- €	2 372 498,18 €	18 502 641,63 €

Nota 19 — Benefícios dos empregados

A 31/12/2024 o Município regista 327 trabalhadores ao serviço.

Pelo quadro infra verifica-se um aumento de **2,89%**, resultante dos aumentos salariais para a função pública, as legais promoções e progressões nas respetivas carreiras e, bem assim, a assunção de encargos com recursos humanos, na sequência do processo de transferência de competências na área da ação social e saúde.

M. J.
Q. E.P.
D.

Encargos com pessoal	2024	2023	Δ 2023/2024
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	211 508,77 €	224 419,34 €	-5,75%
Remuneração base	3 707 019,50 €	3 507 173,00 €	5,70%
Subsídio de férias	701 556,75 €	703 857,16 €	-0,33%
Subsídio de refeição	419 402,00 €	400 858,38 €	4,63%
Ajudas de custo	5 686,58 €	5 435,20 €	4,63%
Trabalho extraordinário	262 808,17 €	207 068,77 €	26,92%
Gratificações variáveis ou eventuais	2 310,04 €	2 245,41 €	2,88%
Abono para falhas	9 320,91 €	9 420,92 €	-1,06%
Outros abonos variáveis	37 803,28 €	33 363,93 €	13,31%
Caixa Geral de Aposentações	602 669,18 €	553 200,00 €	8,94%
Segurança Social - Regime Geral	601 848,67 €	557 581,81 €	7,94%
Acidentes no trabalho	113 745,61 €	63 880,91 €	78,06%
Despesas de Saúde	22 297,76 €	227 434,84 €	-90,20%
Outros	7 214,50 €	5 380,40 €	34,09%
Remunerações por doença	125 102,64 €	125 243,48 €	-0,11%
Subsídios de parentalidade	1 627,39 €	10 707,27 €	-84,80%
Subsídio familiar a crianças e jovens	7 089,58 €	6 084,56 €	16,52%
Outras prestações familiares	2 841,12 €	6 081,58 €	-53,28%
TOTAL	6 841 852,45 €	6 649 436,96 €	2,89%

Handwritten signature and initials: "h. g." and "EP" with a circular stamp.

Nota 20 — Divulgações de partes relacionadas

Quadro 20.1 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH)	Associação de Municípios	Quota	357,00 €	100%	- €
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	Associação de Municípios de direito privado	Quota	- €	0,00%	5 450,34 €
Turismo do Porto e Norte de Portugal – PORTO E NORTE	Entidade Regional	Quota	1 500,00 €	100,00%	1 500,00 €
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Associação	Quota	1 000,00 €	100,00%	- €
Associação de Municípios do Vale do Douro Norte	Associação de Municípios	Comparticipação Financeira	94 438,19 €	--	49 760,54 €
Associação do Douro Histórico	Associação	Quota	1 500,00 €	100,00%	1 500,00 €
Associação Douro Alliance-Eixo Urbano do Douro	Associação	Comparticipação Financeira	20 000,00 €	100,00%	- €
Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro	Associação de Municípios sem fins lucrativos	Quota	- €	100,00%	12 000,00 €
Fundação Museu do Douro	Fundação sem fins lucrativos-com U.P.	Mecenato	75 000,00 €	95,79%	75 000,00 €
		Outros	3 300,00 €	4,21%	5 468,00 €
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Associação de Municípios de direito público	Quota	1 200,00 €	100,00%	2 400,00 €
		Compra Passaportes	- €	0,00%	919,79 €
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Associação	-	- €	--	- €
Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro)	Associação de Municípios de Fins Múltiplos	Comparticipação Financeira	71 081,21 €	100,00%	27 029,45 €
		Quota	9 000,00 €	100,00%	- €
Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	Associação	Quota	1 000,00 €	--	- €

Quadro 20.2 - Participações Financeiras

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Capital Social	Participação		Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
			Valor	Percentagem		
Águas do Norte, S.A.	Sociedade Anónima	108 095 468,00 €	467 528,00 €	0,42%	467 528,00 €	467 528,00 €
Águas do Interior Norte, EIM, S.A.	Empresa Intermunicipal	27 148 050,00 €	4 422 500,00 €	16,29%	4 422 500,00 €	4 422 500,00 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Fundo	417 857 175,00 €	353 574,00 €	0,08%	353 574,00 €	353 574,00 €

H. 7
D. 517
P

Nota 21 – Relato por segmentos

Nos termos do consagrado na NCP 25, “um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos”. As entidades públicas controlam recursos públicos significativos e operam para proporcionar uma grande variedade de bens e serviços aos cidadãos em diferentes regiões geográficas e em regiões com características socioeconómicas diferentes. Exige -se a estas entidades que usem esses recursos de forma eficiente e eficaz para atingirem os objetivos.

Considerando o parágrafo 8 da NCP 25, “Uma entidade deve identificar os seus segmentos separados de acordo com os requisitos do parágrafo 6” da Norma e deve apresentar informação acerca desses segmentos conforme previsto nas divulgações através de notas explicativas. O Município do Peso da Régua tem a sua área de atuação devidamente delimitada ao concelho, pelo que não cumprindo na íntegra as disposições do parágrafo 6 da NCP 25, tendemos a interpretar pela não aplicabilidade da nota à realidade desta entidade, antes aplicável a outras estruturas da Administração Pública que possuam, por exemplo, serviços municipalizados.

Nota - 22 — Interesses em Outras entidades

Divulgado na nota 18

Nota 23 – Outras Divulgações

Quadro 23 – Decomposição de Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e serviços externos	2023	2024	Δ 2023/2024
Serviços de transporte	194 560,91 €	83 016,21 €	134,36%
Serviços de alojamento e de restauração	365 244,77 €	170 713,10 €	113,95%
Serviços de fornecimento de água	178 477,45 €	263 368,20 €	-32,23%
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	1 125 729,25 €	295 899,43 €	280,44%
Sinalização e trânsito	885,61 €	0,00 €	0,00%
Limpeza de instalações	13 316,09 €	130 218,52 €	-89,77%
Serviços em Caminhos	9 488,40 €	0,00 €	0,00%
Outros	466 318,36 €	376 577,41 €	23,83%
Trabalhos especializados	627 586,72 €	527 677,28 €	18,93%
Publicidade, comunicação e imagem	40 062,79 €	333 289,57 €	-87,98%
Comissões	64 440,16 €	63 227,93 €	1,92%
Consevação e reparação	83 220,00 €	123 099,26 €	-32,40%
Outros serviços especializados	651 094,92 €	580 115,74 €	12,24%
Materiais de consumo	121 664,80 €	103 221,83 €	17,87%
Energia e fluidos	1 054 014,33 €	1 254 555,63 €	-15,99%
Deslocações, estadas e transportes	4 730,51 €	4 356,39 €	8,59%
Rendas e alugueres	407 996,76 €	108 737,67 €	275,21%
Comunicação	79 232,24 €	78 394,15 €	1,07%
Seguros	56 406,85 €	90 271,11 €	-37,51%
Despesas de representação dos serviços	2 661,00 €	8 116,23 €	-67,21%
Outros serviços	537 553,07 €	879 601,48 €	-38,89%
TOTAL	6 084 684,99 €	5 474 457,14 €	11,15%

Handwritten signature in blue ink, with a circular stamp below it containing the letters 'E.P.' and a signature.

23.1 – Outras divulgações

Não existem dívidas ao “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.

Relativamente à aplicabilidade da NCP 27:

A SNC–AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação. Esta contabilidade deverá facultar informação mais completa, o sistema passa a determinar, além dos custos, também os proveitos e resultados, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos. No entanto, a aplicação da NCP no Município do Peso da Régua ainda se encontra em fase de implementação, sendo que a informação que é possível obter da Contabilidade de Gestão é o balancete por analítica, pelo que não nos permite ainda apresentar no relatório de gestão de 2024 o previsto §34 da NCP27.

Trabalhos para a própria entidade: Não se registaram trabalhos para a própria entidade no exercício de 2024.

Bens de imobilizado em processo de registo na Conservatória do registo Predial: Encontram-se os serviços municipais competentes a desenvolver procedimentos atinentes à produção de informação sistematizada sobre todos os bens passíveis de registo predial, não tendo sido possível, à data de 31/12/2024, reunir a totalidade de tais elementos.

CMF
M. /
Dr. EP
[Signature]

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Município Peso da Régua

Balanço Consolidado 2024

CMPT

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2024	31/12/2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	53 346 518,01	56 138 070,20
Activos intangíveis	3	4 623 701,76	719 910,40
Participações financeiras - outros métodos	20	11 795 605,59	13 119 685,19
Outras contas a receber (NC)		69 032,08	69 032,08
		69 834 857,44	70 046 697,87
Activo corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		7 574 382,92	1 143 680,80
Clientes		194 799,90	90 679,68
Estado e outros entes públicos (A)	23,1	83 368,07	307 032,65
Outras contas a receber (C)		3 448 150,41	2 545 207,68
Diferimentos (A)		80 532,27	96 252,14
Caixa e depósitos bancários	1	2 492 389,19	874 670,83
		13 873 622,76	5 057 523,78
Total do activo		83 708 480,20	75 104 221,65
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Património		59 703 312,73	59 703 312,73
Resultados transitados		-43 548 392,45	-43 281 417,99
Ajustamentos em ativos financeiros		4 237 959,74	5 620 676,08
Outras variações no capital próprio	1	24 990 875,24	18 626 580,32
Resultado líquido do período	1	284 143,88	-168 365,36
		45 667 899,14	40 500 785,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	4 151 662,30	4 099 633,30
Financiamentos obtidos (MLP)	7	11 837 940,70	12 601 214,20
Fornecedores de investimento (NC)		722 445,72	382 945,54
Fornecedores (MLP)		2 618 507,01	3 102 840,93
Diferimentos (P) - NC		14 060 539,81	8 985 949,65
Outras contas a pagar (NC)		2 091,49	2 091,49
		33 393 187,03	29 174 675,11
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	67 238,81	0,00
Financiamentos obtidos (CP)	7	952 335,17	865 136,36
Fornecedores (CP)	18	1 135 916,58	1 767 806,88
Fornecedores de investimento	18	496 667,25	907 501,93
Estado e outros entes públicos (P)		172 196,30	141 508,09
Outras contas a pagar (C)	18	1 823 039,92	1 746 807,50
		4 647 394,03	5 428 760,76
Total do capital próprio e do passivo		83 708 480,20	75 104 221,65

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de 2025

Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de 2025

Município Peso da Régua

Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada 2024

4.7.8
E.P.
P

Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada			
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2024	2023
RENDIMENTOS E GASTOS			
Impostos, contribuições e taxas	14	3 205 727,80	3 590 256,49
Vendas	13	71,04	19 825,84
Prestações de serviços e concessões	13	2 622 629,06	2 801 142,35
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	13 070 736,78	11 238 576,31
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1	114 542,85	55 906,11
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-658 455,37	-619 908,36
Fornecimentos e serviços externos	23	-5 474 457,14	-6 084 684,99
Gastos com o pessoal	19	-6 841 852,45	-6 649 436,96
Transferências e subsídios concedidos		-3 446 244,79	-2 951 716,43
Imparidade de dívidas a receber	9	-7 180,35	7 395,16
Provisões (constituição/reversão)	15	-52 029,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13/14	2 722 671,08	1 904 084,89
Outros gastos e perdas		-1 252 374,85	-266 868,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 003 784,66	3 044 572,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/5	-2 756 092,82	-2 402 521,80
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 247 691,84	642 050,34
Juros e rendimentos similares obtidos	14	3 026,90	6 535,24
Juros e gastos similares suportados		-966 574,86	-816 950,94
Resultado antes de impostos		284 143,88	-168 365,36
Resultado líquido do período		284 143,88	-168 365,36

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de 2025

Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de 2025

Município Peso da Régua

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 2024

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa			
2024/01/01 a 2024/12/31			
Rubricas	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 842 270,46 €	1 827 808,89 €
Recebimentos de contribuintes		2 884 467,71 €	3 123 408,37 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		13 753 613,02 €	11 241 590,52 €
Recebimentos de utentes		2 066 771,68 €	214 187,27 €
Pagamentos a fornecedores		- 8 593 496,02 €	- 6 411 360,14 €
Pagamentos ao pessoal		- 6 747 438,47 €	- 6 501 577,20 €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 2 459 873,66 €	- 2 677 248,66 €
Caixa gerada pelas operações		2 746 314,72 €	816 809,05 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 2 195 006,04 €	923 022,23 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		551 308,68 €	1 739 831,28 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 4 347 338,07 €	- 7 416 213,08 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		682 508,43 €	23 248,00 €
Propriedades de Investimento			660 653,63 €
Transferências de capital		6 308 482,40 €	5 111 280,16 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2 643 652,76 €	- 1 621 031,29 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 619 487,71 €	3 107 189,19 €
Outras operações de financiamento		3 026,90 €	6 535,24 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 2 295 562,42 €	- 2 353 438,83 €
Juros e gastos similares		- 904 195,27 €	- 565 446,65 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		- 1 577 243,08 €	194 838,95 €
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 617 718,36 €	313 638,94 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		874 670,83 €	561 031,89 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2 492 389,19 €	874 670,83 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		874 670,83 €	561 031,89 €
Saldo da gerência anterior (SGA)	1	874 670,83 €	561 031,89 €
SGA De execução orçamental		460 290,30 €	41 936,39 €
SGA De operações de tesouraria		414 380,53 €	519 095,50 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2 492 389,19 €	874 670,83 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	1	2 492 389,19 €	874 670,83 €
SGS De execução orçamental		2 088 959,05 €	460 290,30 €
SGS De operações de tesouraria		403 430,14 €	414 380,53 €

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de 2025

Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de 2025

h. 
D. E. P.


Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Município Peso da Régua

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental 2024

01/01/2024 a 31/12/2024

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
RA01	Saldo de gestão anterior	874 670,83 €	561 031,89 €	DA01	Despesa corrente	19 121 134,45 €	15 766 944,51 €
RI01	Operações orçamentais [1]	460 290,30 €	41 936,39 €	D1	Despesas com o pessoal	6 740 445,37 €	6 495 139,00 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	5 123 093,30 €	4 875 986,35 €
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades			D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	297 062,05 €	245 032,35 €
RI03	Operações de tesouraria [A]	414 380,53 €	519 095,50 €	D1.3	Segurança social	1 320 290,02 €	1 374 120,30 €
				D2	Aquisição de bens e serviços	7 326 868,49 €	5 640 295,54 €
RA02	Receita corrente	19 832 785,52 €	17 462 759,20 €	D3	Juros e outros encargos	904 195,27 €	571 467,18 €
R1	Receita fiscal	2 884 467,71 €	3 004 585,84 €	D4	Transferências e subsídios correntes	2 459 873,66 €	2 438 144,38 €
R1.1	Impostos diretos	2 831 998,51 €	2 944 796,08 €	D4.1	Transferências correntes	2 459 873,66 €	2 120 227,19 €
R1.2	Impostos indiretos	52 469,20 €	59 789,76 €	D4.1.1	Administrações Públicas	82 551,06 €	67 399,44 €

h. 7
EP

01/01/2024 a 31/12/2024

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	200 573,07 €	308 130,11 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R4	Rendimentos de propriedade	685 535,33 €	663 793,91 €	D4.1.1.3	Segurança Social		
R5	Transferências e subsídios correntes	13 753 613,02 €	11 399 344,08 €	D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1	Transferências correntes	13 753 613,02 €	11 399 344,08 €	D4.1.1.5	Administração Local	82 551,06 €	67 399,44 €
R5.1.1	Administrações Públicas	13 753 613,02 €	11 399 344,08 €	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 913 253,51 €	1 426 092,79 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	13 753 613,02 €	11 399 344,08 €	D4.1.3	Famílias	464 069,09 €	626 734,96 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.4	Outras		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.2	Subsídios Correntes		317 917,19 €
R5.1.1.4	Administração Regional			D5	Outras despesas correntes	1 689 751,66 €	621 898,41 €
R5.1.1.5	Administração Local						

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

01/01/2024 a 31/12/2024

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
R5.1.2	Exterior - U E			DA02	Despesa de capital	4 760 541,28 €	9 010 026,32 €
R5.1.3	Outras			D6	Aquisição de bens de capital	4 347 338,07 €	8 620 426,32 €
R5.2	Subsídios correntes			D7	Transferências e subsídios de capital	413 203,21 €	389 600,00 €
R6	Venda de bens e serviços	1 842 270,46 €	1 852 688,58 €	D7.1	Transferências de capital	413 203,21 €	389 600,00 €
R7	Outras receitas correntes	466 325,93 €	234 216,68 €	D7.1.1	Administrações Públicas	411 602,00 €	367 500,00 €
RA03	Receita de capital	6 333 058,40 €	6 133 658,45 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R8	Venda de bens de investimento	24 576,00 €	23 248,00 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9	Transferências e subsídios de capital	6 308 482,40 €	6 110 410,45 €	D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1	Transferências de capital	6 308 482,40 €	6 110 410,45 €	D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1	Administrações Públicas	6 308 482,40 €	6 110 410,45 €	D7.1.1.5	Administração Local	411 602,00 €	367 500,00 €
				D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	1 601,21 €	22 100,00 €

h.  F.P.

01/01/2024 a 31/12/2024

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	6 308 482,40 €	6 110 410,45 €	D7.1.3	Famílias		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.4	Outras		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.2	Subsídios de capital		
R9.1.1.4	Administração Regional			D8	Outras despesas de capital		
R9.1.1.5	Administração Local						
R9.1.2	Exterior - U E			DA03	Despesa efetiva [5]	23 881 675,73 €	24 776 970,83 €
R9.1.3	Outras			DA04	Despesa não efetiva [6]	2 295 562,42 €	2 353 438,83 €
R9.2	Subsídios de capital			D9	Despesa com ativos financeiros		
R10	Outras receitas de capital			D10	Despesa com passivos financeiros	2 295 562,42 €	2 353 438,83 €
RA04	Receita efetiva [2]	26 186 419,19 €	23 598 555,91 €	DA05	Soma [7]=[5]+[6]	26 177 238,15 €	27 130 409,66 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 575,27 €	2 138,26 €	DOT1	Operações de tesouraria [C]	165 299,52 €	217 522,04 €


 M. J. P.
 F.P.

01/01/2024 a 31/12/2024

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
RA05	Receita não efetiva [3]			DA06	Saldo para a gerência seguinte	2 492 389,19 €	874 670,83 €
R12	Receita com ativos financeiros	1 619 487,71 €	3 950 207,66 €	DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 088 959,05 €	460 290,30 €
R13	Receita com passivos financeiros			DA08	Operações de tesouraria [D] = [A]+[B]-[C]	403 430,14 €	414 380,53 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1 619 487,71 €	3 950 207,66 €	DA09	Saldo global [2] - [5]	2 304 743,46 €	-1 178 414,92 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]	28 266 197,20 €	27 590 699,96 €	DA10	Despesa primária	22 977 480,46 €	24 205 503,65 €
		154 349,13 €	112 807,07 €	DA11	Saldo corrente	711 651,07 €	1 695 814,69 €
				DA12	Saldo de capital	1 572 517,12 €	-2 876 367,87 €
				DA13	Saldo primário	3 208 938,73 €	-606 947,74 €
				DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	28 266 197,20 €	27 590 699,96 €
				DA15	Despesa total [5] + [6]	26 177 238,15 €	27 130 409,66 €

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de 2025

Órgão Deliberativo

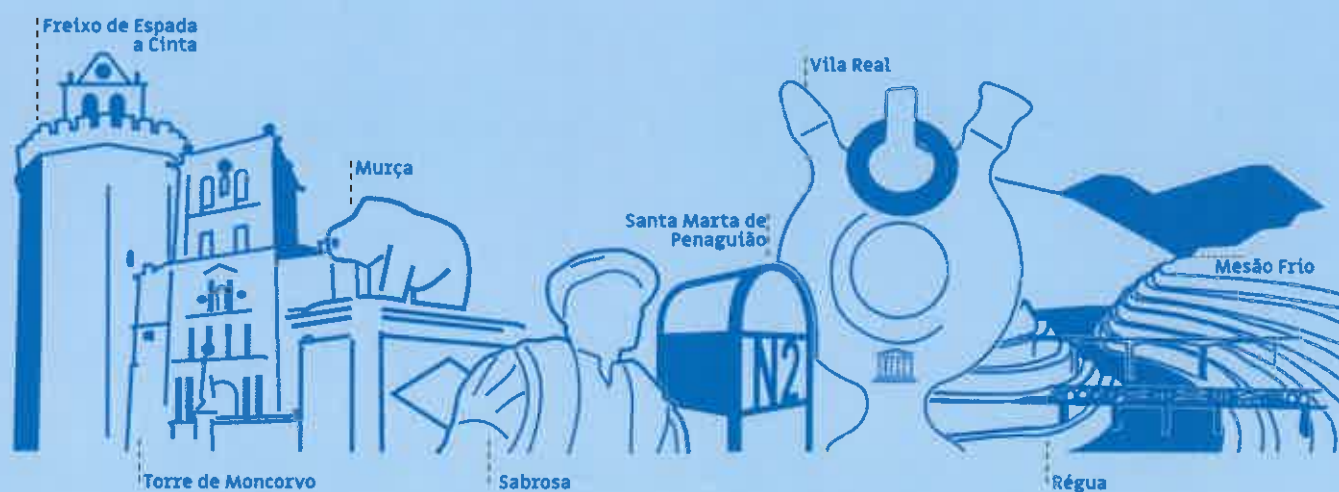
Em ____ de ____ de 2025

M. E.P. O. A.



Águas
do interior norte

Relatório e Contas de 2024



A água que nos liga...

AdiN - Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

O tempo veio dar razão aos Municípios que tomaram a decisão corajosa e estratégica de constituir uma empresa intermunicipal para a gestão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Sabia-se, à data, que esta não seria uma decisão simples nem isenta de desafios — exigia visão, compromisso e responsabilidade. Hoje, com o encerramento do primeiro quinquénio de atividade da Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A., é possível afirmar, com segurança, que essa decisão resultou numa evolução positiva, sustentada e visível na qualidade dos serviços prestados às populações dos concelhos acionistas.

Através de uma estratégia firme de investimento e reorganização técnica, a AdIN alcançou melhorias concretas e mensuráveis no desempenho dos sistemas sob sua gestão. A reabilitação das infraestruturas de tratamento, aliada à construção de novas Estações de Tratamento de Águas Residuais, permitiu uma melhoria significativa da qualidade das massas de água, assegurando o cumprimento dos parâmetros de descarga e reforçando a proteção ambiental, em linha com as diretrizes nacionais e europeias.

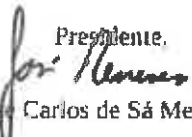
Este progresso técnico e ambiental tem vindo a ser acompanhado pela melhoria efetiva do serviço prestado aos cidadãos, reconhecida nos indicadores públicos de qualidade. A redução sustentada das perdas de água, o aumento da fiabilidade da rede, a regularização das pressões, e a diminuição do número de falhas são reflexo direto dos investimentos realizados e da maturidade técnica entretanto alcançada. Estes resultados constituem uma resposta clara e positiva à confiança que os municípios depositaram neste projeto comum.

Importa também salientar que, embora se tenha verificado um acréscimo das tarifas, este corresponde à aplicação de preços ajustados ao custo real dos serviços prestados, promovendo a sustentabilidade financeira do sistema e incentivando um consumo racional de um recurso escasso e essencial como a água. Esta política tarifária tem como fundamento a justiça intergeracional e a valorização do serviço público, assegurando a continuidade, qualidade e eficiência da sua prestação.

O encerramento deste primeiro ciclo de cinco anos deixa claro que o esforço feito pelos municípios foi recompensado com resultados concretos: melhor qualidade de serviço, maior eficiência, sustentabilidade ambiental e uma estrutura de gestão que responde com profissionalismo às exigências do setor. O caminho não termina aqui — mas os resultados já alcançados são motivo de confiança no futuro da AdIN, e motivo de satisfação para todos os que participaram, e participam, neste projeto intermunicipal que já hoje é uma referência.

Torre de Moncorvo, 2025.03.31

A Assembleia Geral

Presidente,

(José Carlos de Sá Meneses)



Quentin,
W.
J.



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A. (AdIN) foi constituída por escritura pública em 15 de novembro de 2019, tendo como acionistas os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real. Desde a sua criação, foi-lhe confiada a gestão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais nestes concelhos, assumindo a responsabilidade de garantir um serviço público essencial à qualidade de vida, à proteção ambiental e ao desenvolvimento regional.

O ano de 2024 representa o encerramento do primeiro quinquénio de atividade da AdIN, um período marcado por uma profunda transformação estrutural no setor da água e saneamento no território abrangido. Nestes cinco anos, a empresa promoveu um elevado volume de investimento em infraestruturas e equipamentos, modernizou sistemas, melhorou a eficiência da operação e contribuiu ativamente para a melhoria da qualidade das massas de água e da saúde pública. Foram remodeladas e construídas várias ETAR, reabilitadas condutas de distribuição e iniciadas ações de reabilitação de reservatórios, a par da instalação de tecnologia de monitorização e controlo.

A evolução dos indicadores de qualidade do serviço, divulgados pela ERSAR, confirma o impacto positivo destas medidas. Destaca-se, entre outros, a redução sustentada do volume de água não faturada, reflexo de uma efetiva melhoria da eficiência técnica da empresa. No que respeita à qualidade da água distribuída, a manutenção do indicador “Água Segura” dentro da classificação de “Qualidade de Serviço Boa” ao longo de todo o exercício comprova o compromisso da AdIN com a segurança e confiança dos consumidores. Realce ainda para a obtenção, em 2024, da certificação ISO 9001 (Gestão da



FOTO 1 - RESERVATÓRIO DE TOJAIS

Qualidade) e ISO 14001 (Gestão Ambiental), abrangendo todas as áreas geográficas servidas pela empresa, constituindo um marco de excelência e maturidade organizacional.

Estes progressos foram alcançados num contexto particularmente desafiante, marcado pelos efeitos prolongados da pandemia da COVID-19, pelos impactos da guerra na Ucrânia e pelas perturbações associadas ao aumento de custos e à incerteza nos mercados. A superação destes desafios não teria sido possível sem o empenho, a competência e a dedicação dos trabalhadores da AdIN, cuja entrega diária foi fundamental para o caminho percorrido. O Conselho de Administração expressa igualmente o seu agradecimento aos Municípios acionistas, pela confiança depositada e pelo apoio firme à missão da empresa.



Com base na solidez financeira, na melhoria contínua dos serviços prestados e no reforço da sustentabilidade ambiental, a AdIN renova a sua confiança no futuro, reafirmando o seu compromisso com um serviço público moderno, eficiente, socialmente justo e ambientalmente responsável, ao serviço das populações e dos territórios que representa.

Vila Real, 2025.03.31

O Conselho de Administração

Presidente,



(Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos)



Administrador,

(José Manuel Gonçalves)



Administrador,

(Maria Helena Marques Pinto da Lapa)



ÍNDICE

PRINCIPAIS DADOS / INDICADORES DA EMPRESA	3
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	5
ANÁLISE GLOBAL	7
ATIVIDADE DA ADIN	9
A. ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	9
B. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	11
E. ESTRUTURA ORGANIZATIVA	13
F. RECURSOS HUMANOS/BALANÇO SOCIAL.....	14
G. INVESTIMENTO E COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	14
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	16
A. BALANÇO.....	16
B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	18
C. RESULTADOS	19
D. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS.....	20
DÍVIDAS DE IMPOSTOS EM MORA.....	21
OUTRAS INFORMAÇÕES	23
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
A. BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....	28
B. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	30
C. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	31
D. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 32	
E. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - PERÍODO DE 2024	34
F. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - PERÍODO DE 2023	36
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	38
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	57
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	61





Concelhos Integrantes



PRINCIPAIS DADOS / INDICADORES DA EMPRESA



Abastecimento de água

- 140 captações
- 32 elevatórias
- 239 reservatórios
- 1.447 km de rede de distribuição



Saneamento de águas residuais

- 193 estações elevatórias
- 674 km de rede de drenagem
- 75 ETAR's

8 Municípios
105.410 habitantes

Amster,
W.
→



COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

José Carlos de Sá Meneses

Secretário

Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva

Conselho de Administração

Presidente

Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos

Vogais:

José Manuel Gonçalves

Maria Helena Marques Pinto da Lapa

Fiscal Único:

RCVM Auditores – Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo & Associado, SROC, Lda., Representada por Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo



ANÁLISE GLOBAL

A Águas do Interior Norte, EIM, SA., (AdIN) é uma empresa local, constituída pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça; Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real, com o objetivo de proceder à gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Trata-se de uma empresa local, de gestão de serviços de interesse geral, de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e independência orçamental. A AdIN é assim uma pessoa coletiva de direito público que se rege pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e subsidiariamente pelo Regime do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A empresa tem como objeto social “a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social”.

A AdIN tem como missão “assegurar a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, de qualidade, salvaguardando o interesse dos consumidores, a sustentabilidade da Entidade Gestora, o respeito pelo Ambiente, a um preço socialmente justo” e como visão “ser uma entidade de referência regional e nacional no que respeita à prestação de serviços públicos de qualidade, nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais”.

O ano de 2024 marcou um período de consolidação e afirmação da AdIN, quer do ponto de vista operacional, quer em termos de desempenho económico-financeiro e maturidade organizacional. A empresa encerrou o exercício com indicadores positivos de crescimento, estabilidade financeira e reforço da sua capacidade de prestar um serviço público essencial com qualidade e sustentabilidade.

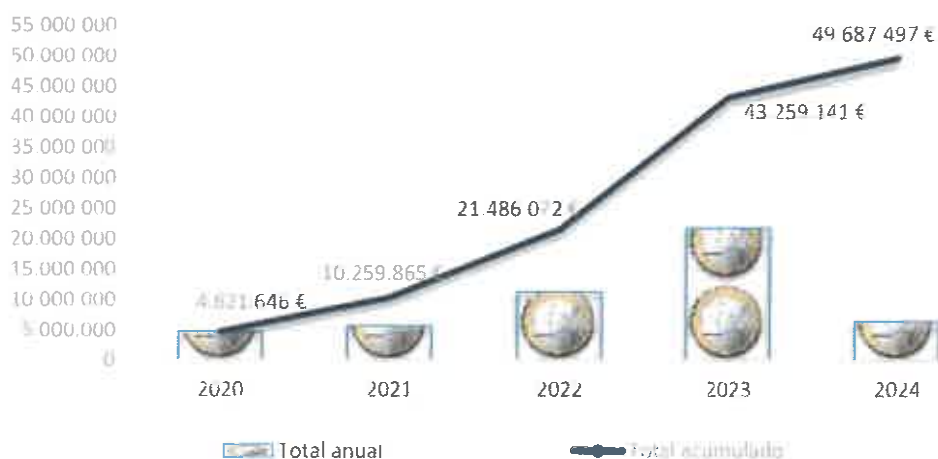


GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO (VALORES EM EUROS)

Do ponto de vista económico-financeiro, a AdIN apresentou uma melhoria significativa dos principais níveis de resultado, com destaque para o resultado líquido, que atingiu 703 mil euros, duplicando face ao exercício anterior. Este desempenho reflete o crescimento dos rendimentos operacionais, o controlo dos principais custos, uma gestão prudente dos riscos e a capacidade de gerar valor num setor caracterizado por elevados níveis de investimento e responsabilidade ambiental. A margem operacional e o resultado



antes de impostos registaram igualmente aumentos expressivos, evidenciando eficiência na gestão corrente e equilíbrio na estrutura de financiamento.

A nível operacional, a empresa prosseguiu o esforço de renovação e modernização das suas infraestruturas, reforçando a resiliência dos sistemas de abastecimento e de saneamento. Destaca-se a entrada em funcionamento de várias ETAR construídas nos últimos anos, bem como a reorientação de efluentes para unidades de tratamento mais eficazes. Em paralelo, foi promovida uma abordagem de gestão preventiva, nomeadamente com a constituição de provisões e reforço de imparidades, assegurando a robustez contabilística da organização.

Um dos marcos institucionais mais relevantes de 2024 foi a obtenção da certificação da empresa ao abrigo das normas ISO 9001 (Qualidade) e ISO 14001 (Ambiente), abrangendo todas as áreas geográficas servidas pela AdIN. Este reconhecimento reflete não apenas o cumprimento rigoroso de requisitos normativos, mas também o compromisso com a melhoria contínua, a satisfação dos utilizadores e a proteção do ambiente, elementos centrais da missão da empresa. Com este passo, a AdIN reforça a sua credibilidade institucional e posiciona-se como uma referência na gestão de serviços de água e saneamento em territórios de baixa densidade.

Em suma, 2024 foi um ano de progresso sólido e estruturado, em que a AdIN demonstrou a sua capacidade de crescer com sustentabilidade, assegurar a qualidade dos serviços prestados e reforçar a confiança dos seus parceiros, clientes e acionistas. A empresa entra no ciclo seguinte com bases financeiras estáveis, processos certificados e uma visão clara de compromisso com a eficiência, a sustentabilidade e a valorização do território.

ATIVIDADE DA ADIN

A Águas do Interior Norte, EIM, S.A. (AdIN) foi constituída por escritura pública em 15 de novembro de 2019, tendo como objeto social a exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e de saneamento de águas residuais dos Municípios participantes no seu Capital Social. Este é um serviço essencial ao bem-estar das populações, com impactos diretos na qualidade de vida e na sustentabilidade ambiental e económica da região.

Desde a sua criação, a AdIN tem orientado a sua atuação pelo compromisso de assegurar a resiliência, a sustentabilidade e a eficiência dos serviços prestados, promovendo uma gestão que permita a disponibilização de água de qualidade e o tratamento adequado das águas residuais, a preços economicamente sustentáveis e em linha com as melhores práticas do setor.

O ano de 2024 assinala o quinto exercício completo de atividade da empresa, encerrando um ciclo marcado por um forte investimento na consolidação da estrutura organizativa, operacional e tecnológica da AdIN. Este esforço permitiu dotar a empresa dos meios adequados ao cumprimento das suas competências, com foco na eficiência, na eficácia e na melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

A. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O serviço de abastecimento de água assegurado pela AdIN assenta numa infraestrutura vasta e complexa, adaptada à diversidade geográfica e às especificidades dos territórios abrangidos. O sistema é constituído por 140 pequenas captações locais, das quais uma parte significativa é mantida como reserva estratégica, ativada apenas em períodos de maior escassez hídrica, garantindo assim a resiliência do serviço.

A rede de distribuição integra 1.447 km de condutas, 239 reservatórios e 32 estações elevatórias, permitindo assegurar o fornecimento de água às populações servidas, mesmo em contextos territoriais e operacionais exigentes. A gestão eficiente deste sistema é essencial para garantir a continuidade do abastecimento e a qualidade da água distribuída, elementos centrais da missão da AdIN.



FOTO 2 - RESERVATÓRIO DE BERTELO

Produção

A produção e tratamento de água para os grandes aglomerados urbanos do norte de Portugal está concessionada pelo Estado à empresa Águas do Norte, S.A., que assegura o fornecimento em alta à empresa. Contudo, nos aglomerados de menor dimensão, a AdIN assegura diretamente o fornecimento de água através de um conjunto de pequenas captações locais, dispersas pelo território. Estas captações são responsáveis por cerca de 10% da água que entra no sistema, desempenhando um papel importante na

cobertura de necessidades locais e, em muitos casos, garantindo a autonomia do abastecimento em zonas mais isoladas.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto entidade gestora, a AdIN tem em curso um processo de licenciamento de todas as suas captações de água, em conformidade com a legislação aplicável. Trata-se de uma iniciativa exigente e de grande complexidade técnica e administrativa.

Atualmente, encontra-se em fase final a delimitação dos perímetros de proteção das captações, fase que precede a submissão formal dos pedidos de licenciamento junto da entidade competente. Este processo visa garantir a segurança e a qualidade da água captada, bem como a proteção dos recursos hídricos, em linha com os princípios da gestão sustentável.

Distribuição

A atividade de distribuição de água da AdIN assenta em dois vetores fundamentais: a segurança da água fornecida e a eficiência do serviço prestado. Estes princípios orientam a operação diária da empresa e norteiam os investimentos e as ações de melhoria contínua implementadas ao longo dos últimos anos.

A qualidade da água distribuída é monitorizada de forma rigorosa através do indicador de Água Segura, definido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Este indicador reflete o cumprimento dos parâmetros de qualidade exigidos na legislação em vigor, sendo um referencial essencial para aferir o desempenho das entidades gestoras.

Em 2024 os resultados obtidos pela AdIN mantiveram-se dentro da classificação de "Qualidade Boa", de acordo com os critérios estabelecidos pelo regulador, demonstrando o rigor do Plano de Controlo da Qualidade da Água implementado. Este plano, validado e aprovado pela ERSAR, foi integralmente executado, permitindo uma monitorização contínua e uma atuação célere perante qualquer desvio detetado.

À data de elaboração do presente relatório, o valor final do indicador de água segura ainda não havia sido oficialmente publicado. Contudo, com base na avaliação interna realizada pela AdIN, estima-se que o indicador atinja 99,9%, o que assegura a manutenção de elevados padrões de qualidade da água fornecida às populações servidas.

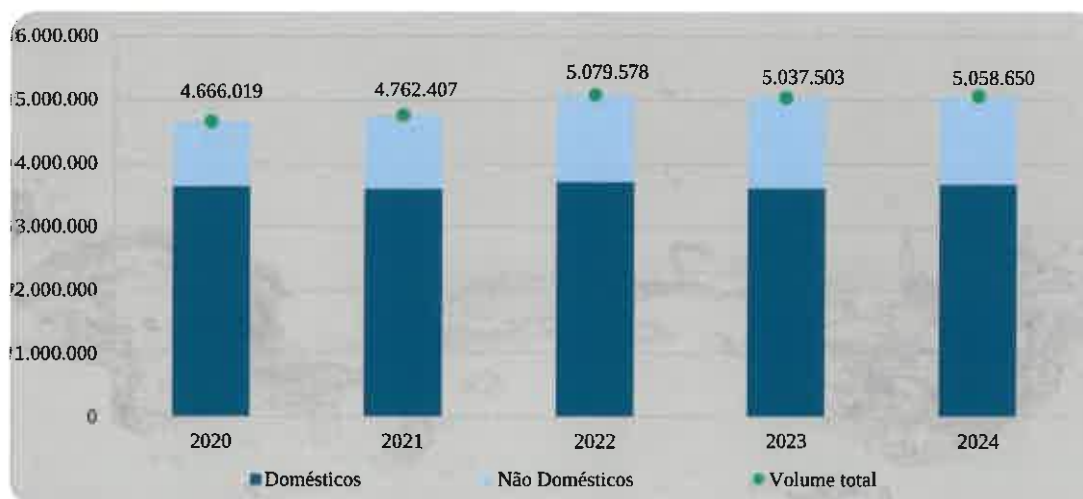


GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA FATURADA (VALORES EM M³)

No domínio da eficiência, o principal indicador de desempenho é a percentagem de água não faturada, parâmetro crítico na gestão sustentável dos recursos hídricos. A AdIN tem vindo a implementar um conjunto de investimentos estruturantes, com destaque para a reabilitação de infraestruturas, a modernização tecnológica e o reforço da monitorização da rede, que têm contribuído para uma redução sustentada e consistente deste indicador.

A eficiência acrescida do sistema de abastecimento reflete-se de forma concreta na evolução do volume de água adquirida em alta. Em 2024, registou-se uma redução de 476.884 m³ neste volume, face ao período homólogo, o que evidencia o impacto positivo das medidas de controlo e racionalização adotadas. No total, foram adquiridos 6.885.431 m³ de água, com uma gestão mais eficiente que permitiu reduzir perdas e otimizar recursos. Também nas zonas abastecidas por produção própria de água, a tendência de melhoria manteve-se, com destaque para a redução do volume de água não faturada. A empresa atingiu uma percentagem global de água não faturada em torno dos 29%, cumprindo os objetivos traçados para o ano de 2024.

Durante o ano de 2024, a AdIN forneceu um total de 5.058.650 m³ de água, o que representa um ligeiro acréscimo de 0,42% face ao consumo registado em 2023. Este crescimento, ainda que moderado, reflete a estabilidade do consumo nos territórios servidos.

No final de 2024, a AdIN contabilizava 62.385 clientes de abastecimento de água. Verificou-se uma redução no número de clientes face ao período homólogo, resultado direto do processo de rescisão de contratos com dívidas mais antigas.

B. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais desempenham um papel crucial na preservação do ambiente, na proteção da saúde pública e na melhoria da qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas. A ausência de rede pública de drenagem obriga muitas populações a recorrerem à utilização de fossas sépticas individuais, frequentemente construídas sem os devidos requisitos técnicos, o que representa um risco ambiental e sanitário significativo.

As escorrências provenientes destas soluções autónomas, frequentemente mal dimensionadas ou mal mantidas, podem dar origem à contaminação de solos e aquíferos, tornando-se focos de poluição difusa com consequências diretas para a qualidade da água e para a saúde das populações.

O sistema de saneamento da AdIN é constituído por um conjunto alargado de infraestruturas que inclui:

- 75 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)
- 193 Estações Elevatórias
- 13 km de emissários
- 674 km de rede coletora

Rede de Drenagem de Esgotos

A orografia irregular da região de intervenção da AdIN, marcada por relevo acentuado e significativa dispersão populacional, coloca desafios técnicos e operacionais acrescidos à gestão da rede de drenagem de águas residuais. Em muitos casos, a localização de pequenos aglomerados populacionais, isolados e

com baixa densidade, torna tecnicamente difícil e economicamente inviável a expansão da rede fixa de saneamento até à totalidade do território.

Para colmatar estas limitações e assegurar a equidade no acesso ao serviço de saneamento, a AdIN implementou uma solução complementar de recolha de efluentes através de meios móveis. Este serviço permite a recolha e transporte das águas residuais provenientes de fossas sépticas individuais ou coletivas,

assegurando o seu encaminhamento para tratamento adequado em ETAR. Importa sublinhar que os encargos associados a este serviço móvel são equiparados aos suportados pelas populações servidas por rede fixa, garantindo assim tratamento igualitário entre utilizadores, independentemente da localização.



FOTO 3 - ETAR DE MEMBRANAS

No final do ano de 2024, a AdIN contabilizava 50.050 utilizadores do serviço de saneamento de águas residuais, valor que representa uma ligeira redução face ao número registado em igual período de 2023. Esta variação está associada a processos de regularização de contratos, refletindo o esforço da empresa em garantir uma gestão rigorosa e atualizada dos serviços prestados.

Estações de Tratamento e Estações Elevatórias de Águas Residuais

No decurso de 2024, a AdIN deu continuidade à sua estratégia de melhoria progressiva da eficiência e eficácia do sistema de saneamento, com especial enfoque na eliminação de infraestruturas que não asseguram o tratamento adequado dos efluentes recolhidos. Neste contexto, entraram em funcionamento várias Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) construídas nos anos anteriores, reforçando a capacidade de resposta do sistema e contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e para o cumprimento dos parâmetros legais de descarga.

Este esforço de reorganização e reforço do sistema traduziu-se, em 2024, na obtenção de um número elevado de licenças de descarga, reconhecendo formalmente a conformidade ambiental das infraestruturas em operação e reforçando a credibilidade da empresa junto das entidades reguladoras e licenciadoras.

Um fator externo com impacto relevante na operação do sistema foi o caráter excecionalmente chuvoso do ano de 2024, que se refletiu num acréscimo do volume de efluente tratado em comparação com anos anteriores. Embora a maioria das redes de drenagem geridas pela AdIN tenha tipologia separativa (i.e., separação entre águas residuais e águas pluviais), persistem fenómenos significativos de infiltração de caudais pluviais nas redes, com origem em ligações indevidas, deficiências estruturais ou fragilidades em zonas críticas da rede. Este aumento de caudais tratados representa um encargo operacional acrescido, tanto ao nível do consumo energético como dos custos de operação e manutenção das infraestruturas.

No que respeita ao tratamento dos grandes aglomerados da região, este encontra-se concessionado à empresa Águas do Norte, S.A., que opera em articulação com a AdIN. Em 2024, foram tratados nas infraestruturas da Águas do Norte 4.740.995 m³ de águas residuais, o que representa um acréscimo de 758.944 m³ face a 2023. Este aumento está parcialmente associado à incorporação de caudais provenientes de infraestruturas desativadas ou reconvertidas em estações elevatórias, cujo efluente passou a ser encaminhado para sistemas com capacidade de tratamento adequada. Contudo, a principal razão

para o acréscimo registado prende-se com o elevado volume de precipitação, que teve um impacto direto no aumento dos caudais afluentes à ETAR.

E. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Em 2024 procedeu-se à alteração do organograma da AdIN com a inclusão do Cargo de Diretor Executivo. A estrutura orgânica em vigor permite dotar a entidade de uma estrutura flexível e dinâmica que assegura a gestão eficaz dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respondendo de forma eficiente e atempada às necessidades dos clientes/utilizadores. A organização da empresa está resumida no seguinte organograma.

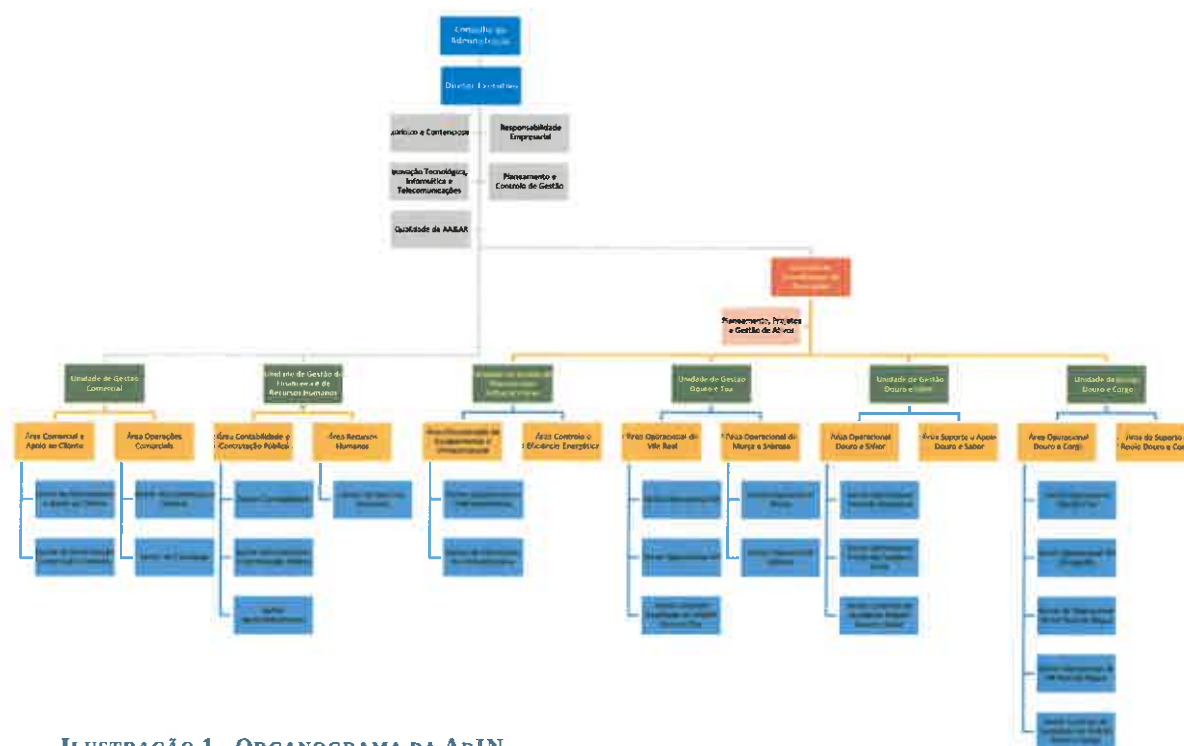


ILUSTRAÇÃO 1 - ORGANOGAMA DA ADIN

Os trabalhadores que compõem o quadro de recursos humanos da empresa transitaram dos Municípios acionistas e da EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, EM, SA. Juntamente com estes recursos transitaram também as diferentes formas de operar os sistemas. Numa ótica de partilha das melhores práticas procedeu-se à uniformização de procedimentos adotando as melhores práticas em vigor. Os processos e procedimentos foram devidamente documentados e implementados tendo em vista a extensão a toda a área de atividade da empresa da certificação ao abrigo das normas ISO 9001 e ISO 14001. Este processo dotará a empresa de uma melhor organização, melhor conhecimento organizacional, maior motivação e maior envolvimento dos colaboradores que confluirão para uma melhoria do seu desempenho global.

F. RECURSOS HUMANOS/BALANÇO SOCIAL

No final do ano a empresa contava com 179 trabalhadores, maioritariamente na faixa etária dos 40 aos 59 anos de idade e em que predominam as habilitações até ao 9.º ano de escolaridade.

Os trabalhadores da AdIN transitaram dos Municípios e da EMARVR (no caso de Vila Real), conforme quadro resumo abaixo:

	Contrato Sem Termo	Contrato Termo Certo	CTFP - Cedência Interesse Público	Total Geral
Freixo Espada á Cinta	4		1	5
Mesão frio	6		1	7
Murça	9	1	3	13
Peso Régua	21	3	4	28
Sabrosa	5	1	3	9
Santa Marta Penaguião	8	1	2	11
Torre Moncorvo	10	1	4	15
Vila Real	56	7	28	91
Total Geral	119	14	46	179

G. INVESTIMENTO E COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

No setor do saneamento básico, o financiamento comunitário assume um papel decisivo na viabilização de investimentos estruturantes, sobretudo em zonas de baixa densidade populacional, como é o caso da área de intervenção da AdIN. A dispersão territorial e a dimensão reduzida de muitos aglomerados implicam custos de investimento por habitante significativamente mais elevados, tornando fundamental o acesso a fundos comunitários para assegurar a equidade no acesso aos serviços essenciais.

A situação inicial das infraestruturas herdadas aquando da constituição da empresa revelou-se, em muitos casos, deficitária em termos de conservação e operacionalidade, exigindo elevados volumes de investimento para garantir condições adequadas de funcionamento e conformidade legal.

Este desempenho é particularmente assinalável tendo em conta o contexto adverso vivido neste período, marcado por situações excecionais como a pandemia da Covid-19, a guerra na Ucrânia e os consequentes constrangimentos nas cadeias de abastecimento e na execução de obra pública. Apesar destes desafios, a AdIN conseguiu manter o rumo traçado, consolidando a sua infraestrutura e reforçando a qualidade dos serviços prestados.

Grande parte dos investimentos realizados beneficiou da aprovação e comparticipação por parte das entidades responsáveis pela gestão dos fundos comunitários, o que constituiu um reconhecimento da qualidade das candidaturas submetidas e da relevância dos projetos propostos. No entanto, subsistem áreas críticas para as quais o financiamento ainda não está assegurado, como é o caso da reabilitação de condutas de abastecimento de água e de reservatórios, cuja concretização será essencial para garantir a continuidade da melhoria dos serviços.

Em 2024, a AdIN realizou um investimento de 6.428.357€, elevando para 49.687.497€ o montante total investido nos primeiros cinco anos de existência da empresa. Este esforço permitiu dotar a empresa dos meios técnicos e operacionais necessários à prestação de um serviço de qualidade, assegurado a um preço socialmente aceitável e com elevados padrões de segurança e continuidade.

No mesmo ano, a empresa apresentou uma candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-59, cumprindo o montante previsto no Quadro de Investimentos Prioritários do Norte 2030, instrumento que apoia os investimentos em sistemas de abastecimento e saneamento na região Norte. A candidatura, com um investimento total de 3.883.168,00€, prevê um apoio financeiro de 3.074.747,64€ e beneficiará 676 habitantes das localidades de Adoufe, Borbelinha, Couto, Outeiro, Testeira, Ramadas e Relva.

Para além desta, em 2024, a AdIN submeteu ainda duas candidaturas em regime de overbooking, respeitantes à reabilitação de ETAR e condutas de abastecimento de água que não haviam obtido financiamento anterior. A aprovação destas candidaturas ficará condicionada à disponibilidade financeira dos fundos comunitários, sendo, ainda assim, sinal da persistência e da estratégia ativa da empresa na captação de recursos para investimento público essencial.

Designação da Operação	Tipo de candidatura	Custo Total	Apoio Total
Fecho de Redes de SAR em Vários Lugares do Município de Vila Real	Investimento novo	3.883.168	3.074.747,64
Fecho de sistemas de águas residuais em vários lugares dos Municípios de Murça e Sabrosa	Overbooking	1.123.196	954.717
Substituição da rede de distribuição na EN 108	Overbooking	1.188.848	1.014.718
		6.195.212	5.044.183

A AdIN continuará a renovar e reforçar as suas infraestruturas nos próximos anos, consolidando um sistema mais moderno, eficiente e sustentável, garantindo a qualidade e continuidade dos serviços a médio e longo prazo.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Assinado
W
7

A. BALANÇO

O Balanço apresenta a posição financeira da AdIN a 31 de dezembro de 2024, evidenciando o valor dos seus ativos, passivos e capitais próprios. Esta demonstração permite avaliar a solidez financeira da empresa, o grau de autonomia e a sua capacidade de cumprir compromissos no curto e longo prazo.

Em 2024, o ativo total da AdIN registou uma ligeira redução de 0,46%, passando de 115.327.924,90€ em 2023 para 114.796.485,26€, o que corresponde a uma diminuição de 531.439,64€. Esta variação resulta da conjugação entre o aumento do ativo não corrente e a redução do ativo corrente.

O ativo não corrente aumentou 4,9%, situando-se nos 96.595.809,33€, face aos 92.082.140,13€ registados no ano anterior. Este crescimento reflete o esforço de investimento realizado pela empresa ao longo do ano, com especial incidência nos ativos fixos tangíveis, cujo valor cresceu cerca de 4,9 milhões de euros. A importância das infraestruturas no património da AdIN é confirmada pela representatividade do ativo não corrente, que passou a corresponder a 84,1% do total do ativo.

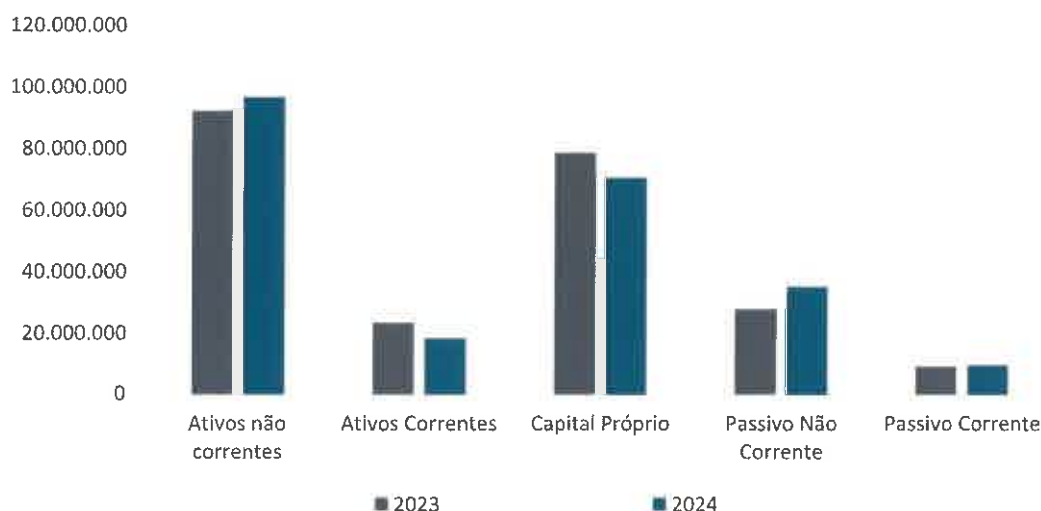


GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO BALANÇO (VALORES EM EUROS)

Por outro lado, o ativo corrente registou uma redução significativa, passando de 23.245.784,77€ para 18.200.675,93€. Esta diminuição está associada, em grande parte, à redução do montante inscrito na rubrica “Outras contas a receber”, consequência direta do encerramento de candidaturas a financiamento e da regularização de saldos anteriores.

Importa ainda destacar que, ao longo de 2024, a AdIN financiou os seus investimentos exclusivamente com recursos próprios e comparticipações comunitárias recebidas, não tendo recorrido a novos financiamentos bancários. Esta opção de autofinanciamento, ainda que positiva do ponto de vista da autonomia financeira, implicou uma redução das disponibilidades da empresa, visível na diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários.

No final de 2024, os Capitais Próprios da AdIN ascenderam a 70.443.466,24€, registando uma redução de cerca de 10% face ao valor apurado no final de 2023 (78.571.640,53€). Esta diminuição não reflete uma deterioração operacional da empresa, mas resulta essencialmente de ajustes contabilísticos relacionados com subsídios ao investimento.

Em cumprimento da Norma de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) 22 e da norma internacional IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, a empresa procedeu, em 2024, à reclassificação de parte dos subsídios comunitários recebidos, transferindo-os para o passivo sob a forma de passivos por impostos diferidos. Esta reclassificação tem por base o princípio de que, à medida que os subsídios são reconhecidos como rendimento (em paralelo com a depreciação dos ativos participados), devem também ser reconhecidas as correspondentes responsabilidades fiscais futuras, dado que esse rendimento está sujeito a tributação. Neste contexto, foi realizado um ajustamento contabilístico no montante de 7.420.100€, que teve como consequência a redução dos Capitais Próprios e o aumento do passivo não corrente, sem impacto na tesouraria da empresa.



FOTO 4 - ETAR DE TABUADELO

Apesar desta operação pontual, o desempenho económico da AdIN em 2024 foi positivamente assinalável, refletido no resultado líquido do exercício, que atingiu 703.148,24€, representando um aumento de 105% face ao valor registado em 2023 (343.192,84€).

Em 2024, o passivo da AdIN registou um crescimento significativo, atingindo 44.353.019,02€, o que representa um aumento de 21% face ao valor registado em 2023 (36.756.284,37€). Este acréscimo resulta essencialmente de ajustamentos contabilísticos de natureza estrutural e prudencial, com impacto predominante no passivo de longo prazo.

O passivo não corrente aumentou de 27.685.801,92€ para 34.944.506,18€, refletindo sobretudo a regularização contabilística associada à constituição de passivos por impostos diferidos, no valor de 7.420.100€, conforme já referido.

Adicionalmente, o Conselho de Administração decidiu reforçar o montante de provisões, tendo em conta o risco de não cobrança das faturas emitidas em 2024 aos Municípios de Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo, relativas à perda de rendimento resultante da não integração de sistemas em algumas freguesias. Dado o número de processos atualmente em contencioso, e antecipando a possibilidade de desfechos desfavoráveis, foram constituídas provisões adicionais no montante de 700.516€, elevando o total das provisões para 1.347.967,21€ no final de 2024.

Importa ainda referir que, ao longo de 2024, não foram contraídos novos empréstimos, registando-se uma redução dos financiamentos obtidos de longo prazo, exclusivamente em resultado das amortizações programadas que serão liquidadas em 2025.

O passivo corrente aumentou ligeiramente, de 9.070.482,45€ em 2023 para 9.408.512,84€ em 2024, um acréscimo de 338.030€. Este crescimento ocorreu sobretudo nas rubricas de Estado e Outros Entes Públicos e fornecedores.

Assinado
W
↓

B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em 2024, os rendimentos operacionais da empresa evidenciaram uma evolução positiva face ao ano anterior e ao previsto em orçamento. As vendas ascenderam a 5.551.820€, representando um acréscimo de 4,9% face ao valor registado em 2023. No que respeita às prestações de serviços, que incluem a faturação das tarifas fixas do serviço de abastecimento de água e das tarifas fixas e variáveis do serviço de saneamento de águas residuais, o montante apurado foi de 12.719.984€, o que representa um aumento de 7,7% face a 2023. Esta evolução é explicada, em grande parte, pela atualização tarifária aplicada em 2024, conforme previsto na fórmula constante dos documentos constitutivos da empresa – 3,74% nas tarifas de abastecimento de água e 3,94% nas tarifas de saneamento de águas residuais. Contribuiu também para este desempenho a faturação ao Município de Torre de Moncorvo, relativa à perda de rendimento decorrente da não integração de alguns sistemas de abastecimento de água, respeitante ao período compreendido entre 2020 e o primeiro semestre de 2024. A este respeito importa referir que o Conselho de Administração deliberou não prosseguir com a faturação da perda de rendimento associada à não integração de sistemas enquanto não estiverem concluídos os processos em contencioso, resguardando a posição da empresa até decisão definitiva.

O volume de negócios global totalizou 18.271.804€, o que corresponde a um acréscimo de 1.298.251€ face ao valor apurado em 2023. Comparativamente ao valor estimado em orçamento para 2024, este montante representa um desvio positivo de 7,8%, reforçando a robustez da performance operacional da empresa.

Os subsídios à exploração totalizaram 120.589€, dos quais 102.548€ foram atribuídos pelo Município de Vila Real, no âmbito do Contrato-Programa para a gestão do sistema de drenagem de águas pluviais.

Nos restantes rendimentos e ganhos, a empresa registou 1.386.045€, o que representa um acréscimo de 50% face a 2023. Esta evolução positiva resulta de:

- Transferência do Município de Vila Real de 102.548€ relativos ao contrato de limpeza urbana de 2023, rececionado apenas em 2024;
- Reconhecimento contabilístico de parte das comparticipações comunitárias como rendimento, devido à conclusão das respetivas obras;
- Regularizações e correções relativas a exercícios anteriores, com impacto positivo nos resultados.

Os gastos com custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) ascenderam a 3.827.819€, registando uma redução de 4% face a 2023, apesar do acréscimo das tarifas aplicadas pela "vertente em alta". Comparativamente ao orçamento, este valor ficou 7% abaixo do previsto, refletindo uma gestão eficiente.

Nos fornecimentos e serviços externos (FSE) registou-se um acréscimo de 257.073€, motivado sobretudo pelo aumento dos encargos com o tratamento de efluentes faturados pela Águas do Norte, consequência direta do ano anormalmente pluvioso. No entanto, nas restantes rubricas de FSE apresentaram uma redução global de 34.038€, tendo-se verificado um desvio global de 13% face ao orçamentado.

Os gastos com pessoal atingiram 4.428.773€, representando um acréscimo de 11% face a 2023. Este aumento deveu-se principalmente à regularização de estimativas de anos anteriores e à atualização salarial atribuída à função pública, aplicada de forma transversal à estrutura da empresa.

As depreciações e amortizações aumentaram 12% face ao ano anterior, totalizando 2.034.330€, consequência direta da entrada em funcionamento de novos ativos relacionados com os investimentos concluídos ao longo do ano.

No que respeita a provisões, o Conselho de Administração decidiu reforçar o montante em 700.516€, tendo em consideração:

- Os processos em contencioso ainda em curso, cujo desfecho poderá representar encargos para a empresa;
- A incerteza quanto à cobrança das faturas relativas à perda de rendimento pela não integração de alguns sistemas de freguesia.

As imparidades de dívidas de clientes foram igualmente reforçadas, no montante de 32.086€, refletindo o aumento do risco de incobrabilidade identificado em 2024.

Por fim, os outros gastos totalizaram 347.251€, o que representa um acréscimo de 37.721€ face a 2023, mantendo-se, ainda assim, num valor controlado face à dimensão da atividade.

C. RESULTADOS

O EBITDA registou um crescimento expressivo de 29%, refletindo a evolução positiva dos rendimentos operacionais, nomeadamente nas prestações de serviços e outros rendimentos e ganhos, bem como a redução dos custos com mercadorias. Apesar do acréscimo nos fornecimentos e serviços externos e nos gastos com pessoal, a empresa conseguiu melhorar significativamente a sua capacidade de gerar resultados antes de custos fixos e financeiros, revelando uma melhoria na eficiência operacional da atividade.

O resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) reflete o resultado após considerar depreciações e amortizações, que aumentaram em 2024 em virtude da entrada em funcionamento de novos ativos resultantes do ciclo de investimento. Apesar deste aumento, o resultado operacional cresceu quase 57%, revelando que a expansão do ativo não penalizou a rentabilidade, antes pelo contrário. A empresa demonstrou uma maior capacidade de absorver os encargos com a depreciação, o que reforça a sustentabilidade da estratégia de investimento adotada.

O resultado antes de impostos quase duplicou face ao ano anterior, mesmo após considerar os encargos com juros e outros custos financeiros, que aumentaram cerca de 166.000€.

O resultado líquido duplicou, consolidando um ano de desempenho financeiro positivo. Este crescimento é o reflexo direto da melhoria dos resultados operacionais e da capacidade da empresa em gerir os impactos fiscais e financeiros, mesmo num contexto de reforço de provisões e ajustamentos contabilísticos prudentes.

D. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

A análise dos principais rácios financeiros da AdIN em 2024 evidencia uma evolução positiva da rentabilidade da empresa. A margem operacional situou-se nos 10,1%, refletindo a capacidade da empresa para gerar resultados sustentáveis a partir da sua atividade principal, mesmo considerando o impacto das depreciações associadas aos investimentos realizados.

Do ponto de vista da eficiência, os indicadores confirmam uma estrutura de custos equilibrada. Os gastos com pessoal representaram 24,2% do volume de negócios, um valor controlado tendo em conta a natureza técnica da atividade. Por sua vez, os fornecimentos e serviços externos absorveram cerca de 35,9% dos rendimentos, influenciados sobretudo pelos custos com o tratamento de efluentes faturados pela Águas do Norte, agravados pelas condições climáticas excecionais de 2024. Já a produtividade dos ativos, medida pelo retorno sobre o ativo (ROA), foi de 0,6%, um valor típico para empresas com elevada intensidade de capital, como é o caso da AdIN.

A estrutura financeira da empresa manteve-se robusta, com um rácio de autonomia financeira de 61,4%, indicando que a maior parte dos ativos está financiada por capitais próprios. Este dado revela uma empresa sólida, com baixo grau de dependência de financiamento externo. A análise do passivo mostra ainda que 78,8% das responsabilidades são de médio e longo prazo, o que garante estabilidade na gestão da tesouraria e menor pressão sobre os recursos de curto prazo.

Em resumo, a AdIN encerra o exercício de 2024 com indicadores financeiros equilibrados e consistentes. A rentabilidade evoluiu de forma favorável, sustentada por uma gestão eficiente e pelo controlo dos principais centros de custo. A solidez da estrutura de capital e a baixa exposição ao endividamento reforçam a sustentabilidade financeira da empresa, assegurando as condições necessárias para a continuidade da sua atividade e para a prossecução dos investimentos estratégicos definidos.

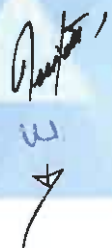


António
W
J

DÍVIDAS DE IMPOSTOS EM MORA

Não existem quaisquer dívidas em mora de impostos, à Segurança Social ou Caixa Geral de Aposentações.





OUTRAS INFORMAÇÕES

- Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

- Ações próprias

Não foram adquiridas ações próprias no período.

- Negócios entre a entidade e os seus administradores

Não existiram negócios entre a entidade e os seus administradores.

- Sucursais

Não existem sucursais.

- Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros

A gestão da AdIN assenta nos seguintes princípios:

- **Satisfação dos Clientes e das Outras Partes Interessadas**

Satisfazer as expectativas e necessidades, que deverá ser procurada de uma forma rigorosa e sistemática, com adequada sensibilização para a qualidade dos serviços prestados.

- **Melhoria Contínua e Inovação**

Aperfeiçoar constantemente os processos e métodos de trabalho, procurando inovar em todas as fases e adotar soluções tecnológicas que assegurem a sustentabilidade económica e ambiental da empresa.

Aumentar a eficiência do Sistema de Gestão, através da revisão periódica e regular da política, dos processos, dos objetivos e das metas, e do desenvolvimento dos recursos humanos, de modo a obter níveis de desempenho cada vez mais elevados e atingir um aperfeiçoamento contínuo e uma inovação constante. Assumir o compromisso de prevenção da poluição, da redução significativa dos riscos, e dos impactes ambientais e sociais inerentes à atividade da empresa, com o envolvimento de todos os colaboradores.

- **Desenvolvimento Sustentável**

Desenvolver as vertentes económicas, social e ambiental, gerindo de forma responsável os recursos e cumprindo toda a legislação e requisitos aplicáveis, assim como todas as expectativas das partes interessadas, fomentando um modelo de negócio que permita o seu desenvolvimento sem prejudicar as necessidades das gerações futuras.



Handwritten signature and initials in blue ink.

- **Envolvimento dos Colaboradores**

Assegurar as condições de trabalho, formação e atualização adequadas, incentivando e motivando de forma permanente, desenvolvendo as suas atividades com respeito pelo ambiente e pela segurança.

- **Compromissos Sociais**

Respeitar a liberdade e promover a valorização dos colaboradores e das restantes partes interessadas, recusando o trabalho infantil, valorizando a liberdade na relação de trabalho, a liberdade de associação e representação, a igualdade de oportunidades, promovendo a segurança e a higiene, prevenindo a ocorrência de lesões, ferimentos e danos para a saúde, assegurando o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe os mesmos valores.

- **Comunicação**

Difundir, interna e externamente, a política da empresa, comunicando a sua evolução e concretização, a todas as partes interessadas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe, nos termos do art. 24º dos Estatutos da Empresa, a seguinte aplicação para os Resultados do período findo em 31 de dezembro 2024, no montante de 703.148,24 euros:

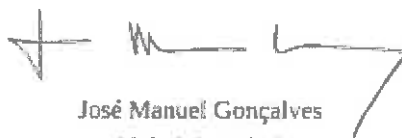
- a) Reservas Legais: 35.157,41 euros;
- b) Resultados Transitados: 667.990,83 euros.

Vila Real, 31 de março de 2025.

O Conselho de Administração



Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração)



José Manuel Gonçalves
(Administrador)



Maria Helena Marques Pinto da Lapa
(Administrador)

Amber,
W.
J.





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balanço Individual em 31 de dezembro de 2024
- Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período findo em 31 de dezembro de 2024
- Demonstração Individual dos Resultados por Funções do Período findo em 31 de dezembro de 2024
- Demonstração individual dos fluxos de caixa do Período findo em 31 de dezembro de 2024
- Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período 2024
- Anexo em 31 de dezembro de 2024

A. BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

	Notas	31-dez.2024	31-dez.2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	96 547 516,06	92 033 846,86
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	5	48 293,27	48 293,27
Ativos por impostos diferidos	29	0,00	0,00
		96 595 809,33	92 082 140,13
Ativo corrente			
Inventários	6	578 453,02	530 619,13
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes	7	6 222 871, 13	6 570 961,52
Estado e outros entes públicos	8	730 939,48	944 327,47
Outros créditos a receber	9	8 312 677,76	11 304 516,52
Diferimentos	10	0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	11	2 355 734,54	3 895 360,13
		18 200 675, 93	23 245 784,77
Total do Ativo		114 796 485,26	115 327 924,90

Capital Próprio e Passivo

Capital próprio			
Capital subscrito	12	27 148 050,00	27 148 050,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	12.1	12 262 700,00	12 262 700,00
Prémios de emissão	12.1	4 313 347,00	4 313 347,00
Reservas legais	13	148 077,37	130 917,73
Outras reservas		13 762,56	13 762,56
Resultados transitados	14	296 258,25	-29 774,95
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações no Capital Próprio	15	25 558 133,82	34 389 445,35
Resultado líquido do período		703 148,24	343 192,84
Total do Capital Próprio		70 443 466,24	78 571 640,53

	Notas	31.dez.2024	31.dez.2023
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	1 347 967,21	647 451,18
Financiamentos obtidos	17	25 025 714,73	25 847 213,09
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	28	7 420 100,17	0,00
Outras dívidas a pagar	18	1 150 724,07	1 191 137,65
		34 944 506,18	27 685 801,92
Passivo corrente			
Fornecedores	19	6 428 587,36	6 197 120,96
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	304 036,04	97 250,76
Financiamentos obtidos	17	906 070,99	901 255,83
Outras dívidas a pagar	18	1 769 818,45	1 874 854,90
Diferimentos	10	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		9 408 512,84	9 070 482,45
Total do Passivo		44 353 019,02	36 756 284,37
Total do Capital Próprio e do Passivo		114 796 485,26	115 327 924,90

A Contabilista Certificada,

Armanda Rodrigues Chau

A Administração,

[Assinatura]
mauricio lopes
[Assinatura]

B. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.2024	31.dez.2023
Vendas e serviços prestados	20	18 271 803,78	16 973 553,21
Subsídios à exploração		120 589,26	0,00
Variação nos inventários da produção	21	2 813,13	1 067,40
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-3 827 819,27	-3 993 574,90
Fornecimentos e serviços externos	23	-6 570 000,29	-6 312 926,81
Gastos com o pessoal	24	-4 428 773,28	-3 978 998,96
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	6	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 e 9	-32 086,29	-125 798,90
Provisões (aumentos/reduções)	16	-700 516,03	-180 819,57
Outros rendimentos	25	1 386 044,76	923 211,31
Outros gastos	26	-347 250,54	-309 529,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 874 805,23	2 996 183,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-2 034 330,18	-1 823 146,93
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 840 475,05	1 173 036,37
Juros e rendimentos similares obtidos	29	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	29	-798 329,31	-632 093,91
Resultado antes de impostos		1 042 145,74	540 942,46
Imposto sobre o rendimento do período	30	-338 997,50	-197 749,62
Resultado líquido do período		703 148,24	343 192,84

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chau

A Administração,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

C. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A

Demonstração Individual dos Resultados por Funções

Período findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31.dez.2024	31.dez.2023
Vendas e serviços prestados		18.271.803,78	16 973 553,21
Custos das vendas e dos serviços prestados		-14.736.770,60	-14 173 882,73
Resultado bruto		3.535.033,18	2 799 670,48
Outros rendimentos		1.509.447,15	923 211,31
Gastos de distribuição		-1.542.754,69	-1 086 437,98
Gastos administrativos		-1.314.000,06	-1 153 877,96
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-347.250,54	-309 529,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.840.475,05	1 173 036,37
Gastos de financiamento (líquidos)		-798.329,31	-632 093,91
Resultados antes de impostos		1.042.145,74	540 942,46
Imposto sobre o rendimento do período		-338.997,50	-197 749,62
Resultado líquido do período		703.148,24	343 192,84

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chau

A Administração,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

D. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.2024	31.dez.2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		25.347.712,96	21 810 309,46
Pagamentos a fornecedores		-14.213.690,58	-14 534 785,95
Pagamentos ao pessoal		-2.772.834,49	-2 508 144,05
Caixa gerada pelas operações		8.361.187,89	4 767 379,46
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-52.090,61	-512 810,55
Outros recebimentos/pagamentos		-3.361.280,77	-1 545 942,67
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		4.947.816,51	2 708 626,24
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-7.135.544,45	-23 080 676,44
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
		-7.135.544,45	-23 080 676,44
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		2.090.322,42	6 277 311,23
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
		2.090.322,42	6 277 311,23
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-5.045.222,03	-16 803 365,21

Notas

31.dez.2024

31.dez.2023

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

Recebimentos provenientes de:

Financiamentos obtidos	0,00	10 000 000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	0,00	10 000 000,00

Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos obtidos	-695.570,25	-780 806,02
Juros e gastos similares	-746.649,82	-627 974,35
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-1.442.220,07	-1 408 780,37

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)

-1.442.220,07

8 591 219,63

Varição de caixa e seus equivalentes 4=(1+2+3)

-1.539.625,59

-5 503 519,34

Efeito das diferenças de câmbio

0,00

0,00

Caixa e seus equivalentes no início do período

3 895 360,13

9 398 879,47

Caixa e seus equivalentes no fim do período

2 355 734,54

3 895 360,13

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chau

A Administração,

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

E. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - PERÍODO DE 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio - Período de 2024

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

	1	Notas	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Premios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no Início do Período 2024			27 148 050,00	12 262 700,00	4 313 347,00	130 917,73	13 762,56	-29 774,95	34 389 445,35	343 192,84	78 571 640,53
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de ativos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		12 ^a 15	0,00	0,00	0,00	17 159,64	0,00	326 033,20	-8 831 322,53	-343 192,84	-8 831 322,53
	2		0,00	0,00	0,00	17 159,64	0,00	326 033,20	-8 831 322,53	-343 192,84	-8 831 322,53
Resultado Líquido do Período	3									703 148,24	703 148,24
Resultado Integral		4 = 2 + 3								359 955,40	-8 128 174,29

[Assinatura]
A. E.

	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2024	27 148 050,00	12 262 700,00	4 313 347,00	148 077,37	13 762,56	296 258,25	25 558 122,82	703 148,24	70 443 466,24
6 = 1 + 2 + 3 + 5									

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chaves

A Administração,

Amanda Rodrigues Chaves
Amanda Rodrigues Chaves

F. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - PERÍODO DE 2023

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio - Período de 2023

(Valores expressos em euros)

Posição no Início do Período 2023	1	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Resultado líquido do período	Total
			Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	
Alterações no período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de ativos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		12 a 15	0,00	0,00	0,00	27 230,35	0,00	517 376,63	633 126,40	633 126,40
	2		0,00	0,00	0,00	27 230,35	0,00	517 376,63	633 126,40	633 126,40
Resultado Líquido do Período	3								343 192,84	343 192,84
Resultado Integral	4 = 2 + 3								-201 414,14	976 319,24

[Assinatura]
A

	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 = 1 + 2 + 3 + 5	27 148 050,00	12 262 700,00	4 313 347,00	130 917,73	13 762,56	-29 774,95	34 389 445,35	343 192,84	78 571 640,53
Posição no Fim do Período 2023									

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chau

A Administração,

Amanda Rodrigues Chau
Walter Lige
Walter Lige

ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Nota introdutória

A Empresa Águas do Interior Norte, E.I.M., S. A. tem a sua sede na Avenida Rainha Santa Isabel, Concelho de Vila Real. A sua atividade principal é a distribuição de água e tem como atividades secundárias a drenagem e tratamento de esgotos nos Concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

As demonstrações financeiras são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração que assina o presente relatório declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborado em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Entidade. Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados encontram-se expressos em euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

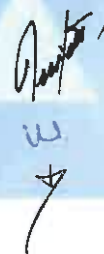
Em 2024 as demonstrações financeiras da AdIN foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Nos termos do n.º 3 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a Entidade é considerada uma média entidade.

b) Pressuposto da continuidade

O órgão de gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, o órgão de gestão concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

i) Consistência na apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os *stakeholders*.

j) **Materialidade e agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

k) **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

l) **Informação comparativa**

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3. **Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. **Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da AdIN são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

3.2. **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A depreciação dos subsistemas integrados a título de entradas em espécie deverá ocorrer pelo período da delegação.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Quantos?
W
→

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

Não aplicável.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, beneficiando do disposto do n.º 2 do artigo 87 do Código do IRC, designadamente a taxa de 17% sobre os primeiros €50.000 de matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.6. Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Quarta
W
→

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo método do custo amortizado, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo método do custo amortizado recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios líquidos do montante de imposto a pagar (conforme previsto na nota de enquadramento da conta 593-Subsídios), sendo posteriormente imputados na demonstração de

resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados..

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.12 Outros investimentos financeiros e outros ativos financeiros

Os instrumentos de capital próprio que representam menos de 20% do capital de uma empresa que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável são mensurados ao custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas e os instrumentos de capital próprio cotados num mercado ativo e cujo justo valor pode ser fiavelmente mensurado são reconhecidos ao justo valor através de resultados.

3.13 Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.14 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou

mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.15 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem essencialmente salários, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, bem como seguros de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. O custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros é reconhecido não como uma distribuição do lucro líquido, mas como um gasto, sempre que se verifique uma obrigação presente construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados e possa ser feita uma estimativa fiável da obrigação.

3.16 Partes relacionadas

Os termos ou condições praticados entre a Entidade e Partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

3.17 Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica Caixa e seus equivalentes os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.18 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão atenderam ao melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, inventários e ativos fixos tangíveis;
- iii) estimativas de férias e subsídios de férias a liquidar em 2025;
- iv) análises do desfecho de processos judiciais em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

3.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no presente Anexo.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Órgão de Gestão da Entidade baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.20 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Assinado
W
7

Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2023 e 2024 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2023					Saldo em 31-dez-2023
	Saldo em 01-jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	193 301,68	0,00	0,00	0,00	0,00	193 301,68
Edifícios e outras construções	63 533 969,74	269 596,03	0,00	9 986 953,93	0,00	73 790 519,70
Equipamento básico	1 625 854,64	467 871,60	-123 165,29	0,00	0,00	1 970 560,95
Equipamento de transporte	564 036,18	84 849,03	0,00	0,00	0,00	648 885,21
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	409 746,81	26 222,74	0,00	0,00	0,00	435 969,55
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
Investimentos em curso	24 394 202,91	21 042 318,19	0,00	-9 986 953,93	0,00	35 449 567,17
	<u>90 722 547,75</u>	<u>21 890 857,59</u>	<u>-123 165,29</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>112 490 240,05</u>

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	16 947 284,76	1 526 317,27	0,00	0,00	0,00	18 473 602,03
Equipamento básico	1 043 895,06	152 671,02	-123 165,29	0,00	0,00	1 073 400,79
Equipamento de transporte	447 710,84	95 619,11	0,00	0,00	0,00	543 329,95
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	316 085,10	48 539,53	0,00	0,00	0,00	364 624,63
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
	<u>18 756 411,55</u>	<u>1 823 146,93</u>	<u>-123 165,29</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>20 456 393,19</u>

	31 de dezembro de 2024					Saldo em 31-dez-2024
	Saldo em 01-jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	193 301,68	25,00	0,00	10 649,99	0,00	203 976,67
Edifícios e outras construções	73 790 519,70	496 881,79	0,00	18 938 973,00	0,00	93 226 374,49
Equipamento básico	1 970 560,95	144 104,29	-119 642,66	0,00	0,00	1 995 022,58
Equipamento de transporte	648 885,21	361 977,03	0,00	0,00	0,00	1 010 862,24
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	435 969,55	39 413,89	0,00	0,00	0,00	475 383,44
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
Investimentos em curso	35 449 567,17	5 505 597,38	0,00	-18 949 622,99	0,00	22 005 541,56
	<u>112 490 240,05</u>	<u>6 547 999,38</u>	<u>-119 642,66</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>118 918 596,77</u>

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	18 473 602,03	1 753 626,72	0,00	0,00	0,00	20 227 228,75
Equipamento básico	1 073 400,79	175 922,39	-119 642,66	0,00	0,00	1 129 680,52
Equipamento de transporte	543 329,95	74 244,58	0,00	0,00	0,00	617 574,53
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	364 624,63	30 536,49	0,00	0,00	0,00	395 161,12
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
	<u>20 456 393,19</u>	<u>2 034 330,18</u>	<u>-119 642,66</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>22 371 080,71</u>

Handwritten signature and initials

Nota 5 - Outros ativos financeiros

O valor registado nesta rubrica refere-se ao Fundo de Compensação.

Nota 6 - Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	566.883,56	521 862,80
Produtos acabados	11.569,46	8 756,33
Obras em curso		
	578 453,02	530 619,13
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	578 453,02	530 619,13

O valor registado corresponde ao *stock* em armazém existente a 31.12.2024.

Nota 7 - Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	6 222 871,13	0,00	6 570 961,52
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	1 478 396,12	0,00	1 446 309,83
	0,00	7 701 267,25	0,00	8 017 271,35
Perdas por imparidade acumuladas		-1 478 396,12		-1 446 309,83
	0,00	6 222 871,13	0,00	6 570 961,52

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	6 222 871,13	0,00	6 570 961,52	0,00
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	1 478 396,12	0,00	1 446 309,83	0,00
	7 701 267,25	0,00	8 017 271,35	0,00

Handwritten signature and initials

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-dez-2024	31-dez-2023
Saldo a 1 de janeiro	1.446.309,83	1.320.510,93
Aumento	32.086,29	125.798,90
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo a 31 de dezembro	1.478.396,12	1.446.309,83

As imparidades foram constituídas de acordo com os limites fiscais previstos na Lei.

Nota 8 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresenta os seguintes saldos:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	42 637,38
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	730 939,48	901 690,09
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	730 909,48	944 327,47
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	196 905,50	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	22 902,46	21 266,00
Segurança Social/Caixa G. Apos/ADSE	83 798,22	75 524,48
Outros impostos e taxas	429,86	460,28
	304 036,04	97 250,76

Nota 9 - Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	8 312 677,76	0,00	11 304 516,52
	0,00	8 312 677,76	0,00	11 304 516,52
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	8 312 677,76	0,00	11 304 516,52

A EMARVR tinha como atividades o abastecimento de água, drenagem de águas residuais e a gestão dos resíduos urbanos. No âmbito do processo de fusão com a AdIN foi necessário internalizar no Município de Vila Real a atividade dos resíduos e atividade de abastecimento "em alta", bem como os ativos

inerentes a esta atividade. Desta operação resultou um crédito favor da empresa no valor de 3 150 904,10€.

Nesta rubrica está registado o valor dos tarifários de ajustamento ainda em dívida por parte dos Municípios, no valor de 254 947,23€. Inclui ainda 73 170,40€ referente à faturação aos Municípios do serviço de gestão do contrato de resíduos.

Esta rubrica inclui também a especialização dos consumos de dezembro, apenas faturados em janeiro de 2024 (1 977 817,30€).

A AdIN contratualizou com o POSEUR um montante de comparticipação de 21 088 366,73€, tendo já recebido 18 292 570,18€. Assim, existe um montante de 2 795 796,55€ a receber, os quais estão registados nesta rubrica.

Nota 10 - Diferimentos

Não aplicável.

Nota 11 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os saldos desta rubrica apresentavam-se:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Caixa	10 845,62	7 038,95
Depósitos à ordem	2 344 888,48	3 888 320,74
Depósitos a prazo	0,44	0,44
Outras	0,00	0,00
	2 355 734,54	3 895 360,13

Nota 12 - Capital subscrito

No presente exercício não se realizaram alterações ao Capital Subscrito.

Nota 12.1 – Prestações Suplementares e Prémios de emissão

No presente exercício não se registaram alterações nesta rubrica.

Nota 13 - Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

O movimento ocorrido em 2024 refere-se ao reforço de 5% dos resultados do período de 2023.

Assinado
W.
✓

Nota 14 - Resultados transitados

A variação ocorrida relativamente ao ano 2023 decorre da aplicação do resultado líquido obtido nesse período.

Nota 15 - Outras variações nos capitais próprios

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o saldo desta rubrica apresentava-se:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00
Subsídios	25 558 122,82	34 389 445,35
Doações	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
	25 558 122,82	34 389 445,35

A AdIN contratualizou com o POSEUR um montante de comparticipação de 21.088.366,73€, os quais estão registados nesta rubrica.

Nota 16 - Provisões

As provisões para riscos e encargos propostas respeitam à faturação aos Municípios de Freixo de Espada à Cinta e de Torre de Moncorvo da perda de rendimentos ocorrida pela não integração de alguns sistemas, atualmente geridos por Juntas de Freguesias. É entendimento da Administração que não havendo certeza quanto ao desfecho do processo será prudente dividir o risco por ambas as entidades. De acordo com este critério, em 2024 as provisões para esta classe foram reforçadas em 350.516,03€, totalizando um valor acumulado de 997.967,21€.

A Entidade detém processos em contencioso. Entendeu o Conselho de Administração por prudência constituir 350.000,00€ de provisões para processos judiciais em curso.

Descrição	No Início do Período	Reforço	Redução	No Final do Período
Faturação por perda de rendimento	647.451,18	350.516,03	0,00	997.967,21
Processos em contencioso	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
	647.451,18	700.516,03	0,00	1.347.967,21

Nota 17 - Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	25 025 714,73	906 070,99	25 847 213,09	901 255,83
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários contratados	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
	25 025 714,73	906 070,99	25 847 213,09	901 255,83

O valor desta rubrica está discriminado na tabela seguinte:

Descrição	Maturidade	Taxa de juro	Montante	Início	Fim	Montante em dívida a 31-dez-2024
Santander 2018	10 anos	1,2% + Euribor a 6 meses	3 000 000,00	2018	2028	1 176 009,77
Caixa Agrícola 2019	15 anos	0,85% + Euribor 6 meses	4 200 000,00	2019	2034	2 885 389,43
Caixa Agrícola 2020	10 anos	0,85% + Euribor 6 meses	3 000 000,00	2020	2030	1 870 386,52
1.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	1,10%	5 000 000,00	2021	2046	5 000 000,00
2.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	3,42%	5 000 000,00	2022	2047	5 000 000,00
3.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	3,89%	5 000 000,00	2023	2048	5 000 000,00
4.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	4,03%	5 000 000,00	2023	2038	5 000 000,00
						25.931.785,72

Nota 18 - Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Detalhe 1	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhe 2	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	1 150 724,07	1 769 818,45	1 191 137,65	1 874 854,90
	1 150 724,07	1 769 818,45	1 191 137,65	1 874 854,90

O valor de 1 150 724,07€ respeita a retenções de cauções.

O valor de 1 769 818,45€ respeita a dívida de fornecedores de investimentos, a credores por acréscimos de gastos, ao pessoal (remunerações a pagar) e a outros devedores e credores.

Nota 19 - Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de "Fornecedores" tinha a seguinte composição.

	31-dez-2024	31-dez-2023
Fornecedores conta corrente	6 428 587,36	6 197 120,96
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores receção e conferência	0,00	0,00
Fornecedores outros	0,00	0,00
	6 428 587,36	6 197 120,96

O valor registado em fornecedores conta corrente corresponde maioritariamente ao valor a entregar aos municípios referentes à faturação do serviço de resíduos.

Nota 20 - Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados nos períodos de 2024 e de 2023 foram como segue:

	31-dez-2024			31-dez-2023		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	5 551 819,78	0,00	5 551 819,78	5 292 415,63	0,00	5 292 415,63
Serviços prestados	12 719 984,00	0,00	12 719 984,00	11 681 137,58	0,00	11 681 137,58
	18 271 803,78	0,00	18 271 803,78	16 973 553,21	0,00	16 973 553,21

Estes valores correspondem ao volume de negócios e advêm essencialmente da faturação de tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Nota 21 - Variação da produção

A demonstração da variação da produção, ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi como segue:

	31-dez-2024			31-dez-2023		
	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo em 1 de janeiro	8 756,33	0,00	8 756,33	7 688,93	0,00	7 688,93
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final em 31 de dezembro	11 569,46	0,00	11 569,46	8 756,33	0,00	8 756,33
Variação da produção	2 813,13	0,00	2 813,13	1 067,40	0,00	1 067,40

Nota 22 - Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é detalhado como segue:

	31-dez-2024			31-dez-2023		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	521 862,80	0,00	521 862,80	413 413,94	0,00	413 413,94

Regularizações	-163 549,45	0,00	-163 549,45	-222 754,93	0,00	-222 754,93
Compras	232 916,54	3 803 472,94	4 036 389,48	369 098,25	3 955 680,44	4 324 778,69
Saldo final em 31 de dezembro	566 883,56	0,00	566 883,56	521 862,80	0,00	521 862,80
Custo das Vendas	24 346,33	3 803 472,94	-3 827 819,27	37 894,46	3 955 680,44	-3 993 574,90

O valor mais significativo do apuramento do custo das mercadorias e matérias consumidas respeita à compra de água (3 803 472,94€).

Nota 23 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição de fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Subcontratos	-3 427 927,07	-3 136 805,19
Serviços especializados	-1 747 628,48	-1 715 645,86
Materiais	-31 306,72	-38 335,58
Energia e fluídos	-490 824,47	-502 000,46
Deslocações, estadas e transportes	-91 112,62	-211 066,72
Serviços diversos	-781 200,93	-709 073,00
	-6 570 000,29	-6 312 926,81

O valor mais expressivo (subcontratos) corresponde essencialmente:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Tratamento de águas residuais (Águas do Norte, S.A.)	-3 427 927,07	-3 136 805,19

Nota 24 - Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi o seguinte:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	-3 453 458,48	-3 050 235,21
Benefícios pós-emprego	-7 198,80	-8 784,21
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	-795 783,88	-788 515,81
Seguros	-70 979,70	-46 831,05
Gastos de ação social	-23 122,32	-23 189,61
Outros gastos com pessoal	-78 230,10	-61 443,07
	-4 428 773,28	-3 978 998,96

Handwritten signature and initials

Nota 25 - Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Rendimentos suplementares	340 380,32	355 791,60
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	8 329,66	15 747,50
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	12 342,60	12 195,00
Outros rendimentos	1 024 992,18	539 477,21
	1 386 044,76	923 211,31

O valor de 340 380,32€ respeita essencialmente à Gestão de Contratos de Resíduos.

Relativamente aos outros rendimentos, salienta-se que os mesmos provêm da imputação dos subsídios para investimento definido na NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, e a taxas de recursos hídricos de água e águas residuais a entregar à Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota 26 - Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Impostos	-326 321,37	-283 655,43
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos	-20 929,17	-25 874,05
	-347 250,54	-309 529,48

O valor do “Impostos” corresponde mormente a taxas de recursos hídricos de água e águas residuais faturadas pela Águas do Norte, SA.

Nota 27 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-dez-2024			31-dez-2023		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	-2 034 330,18	0,00	-2 034 330,18	-1 823 146,93	0,00	-1 823 146,93
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-2 034 330,18	0,00	-2 034 330,18	-1 823 146,93	0,00	-1 823 146,93

A depreciação de um bem de acordo com a NCRF 7 - Ativos fixos tangíveis respeita à “imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo durante a sua vida útil”. Desta forma, estaremos a correlacionar os gastos do uso de um ativo com os rendimentos que ele gera, bem como a imputar a cada exercício o custo correspondente ao investimento realizado.

Nota 28 - Passivos por impostos diferidos

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos. Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme a NCRF 22.

Nota 29 - Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2024 e de 2023, tinham a seguinte composição:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-798 329,31	-632 093,91
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	-798 329,31	-632 093,91
Resultados financeiros	-798 329,31	-632 093,91

Nota 30- Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é constituído por:

Coleta	290 458,97
Derrama Municipal	20 889,93
Tributações Autónomas	27 648,60
Crédito fiscal ao investimento	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	338 997,50
Deduções de pagamentos especiais por conta	0,00
Deduções de pagamentos por conta	- 142 092,00
Retenções na fonte	0,00
Total do imposto a pagar	196 905,50

Nota 31 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

A manutenção da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o novo conflito de Israel com a Palestina em Gaza reforça o clima de instabilidade nos mercados mundiais vivido há anos a esta parte com repercussões nos preços das matérias primas que pode trazer impactos no mercado nacional, nomeadamente nos preços da energia e combustíveis, mas sem efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nota 32 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações se encontram regularizadas, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o nº de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do art.º 66.º-A do CSC, divulga-se que no âmbito das suas funções de Revisor Oficial de Contas (ROC) foram faturados honorários no valor de 14 520,00€ (IVA não incluído), respeitantes exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Alves

A Administração,

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Assinado
U.
7





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M. S.A. (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relatório

1. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa e averiguamos a observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos, através de contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.
2. Procedemos à análise da informação contabilística produzida, tendo sido efetuados os procedimentos e verificações adequados.
3. Emitimos nos termos do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais a Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, que fica a fazer parte integrante deste relatório para os devidos efeitos legais.
4. Apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente o Relatório de gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras, apresentados pela Administração, sendo nossa convicção que são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.
5. Na sequência do disposto no n.º 2 do art.º 54.º do RJSPE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo a Entidade apresentado o seu relatório de boas práticas de governo societário, aferimos o cumprimento das exigências previstas naquele diploma legal, do qual consta informação anual e completa sobre todas as matérias reguladas no respetivo Capítulo II.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

Parecer

Nestes termos, considerando as análises e trabalhos efetuados, somos do parecer que:

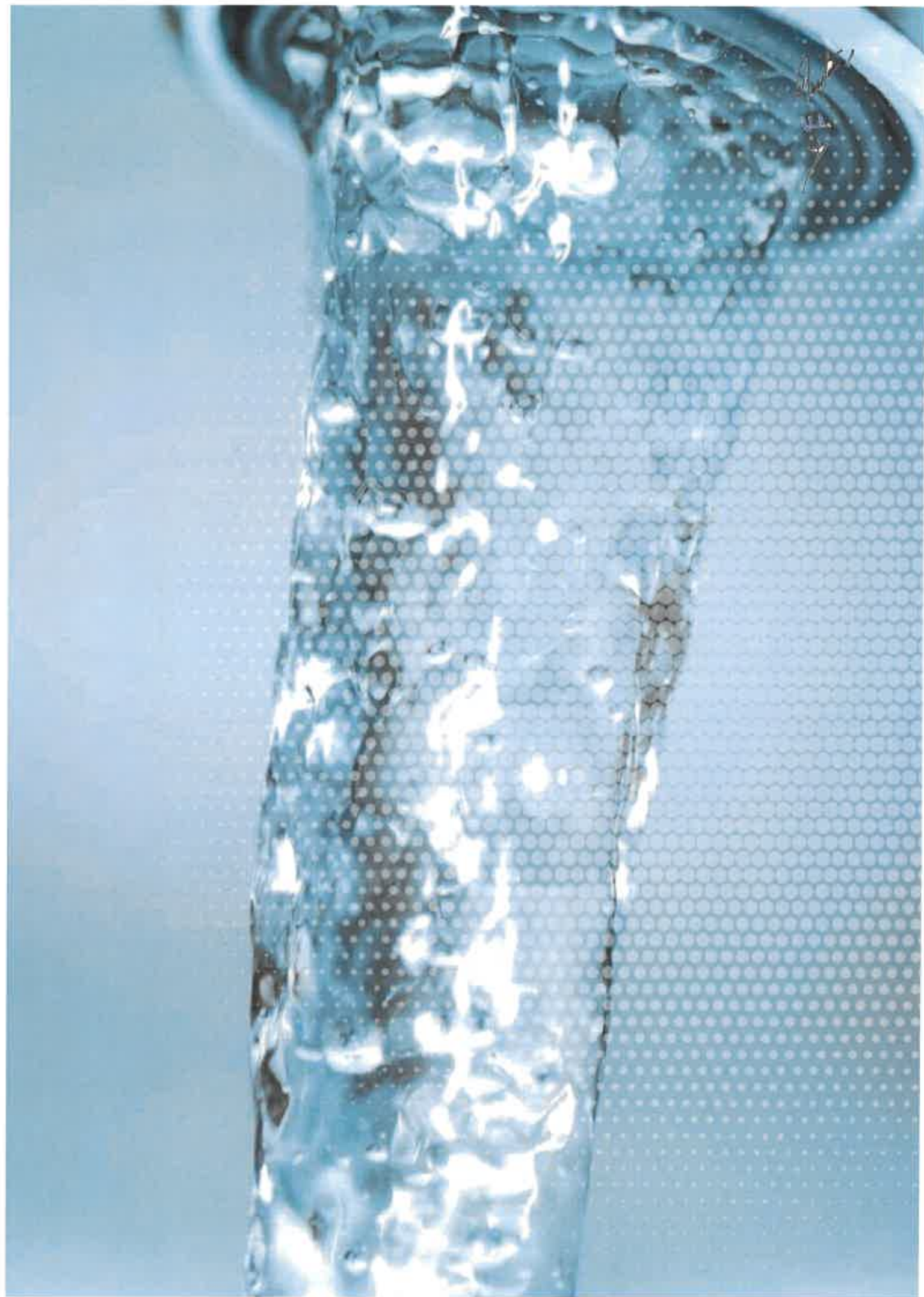
- a) Seja aprovado o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do Relatório de gestão.

Porto, 31 de março de 2025

[Handwritten signature]
Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.
Inscrita na OROC sob o n.º 345 e CMVM 20216025, representada por
Fernando Virgílio da Cruz Cabral Macedo, ROC n.º 959 (Sócio-Gerente)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

António
W
J



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M. S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 114.796.485,26 euros e um total de capital próprio de 70.443.466,24 euros, incluindo um resultado líquido de 703.148,24 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M. S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Assinado
W.
→

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al e), do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 31 de março de 2025

O Fiscal Único

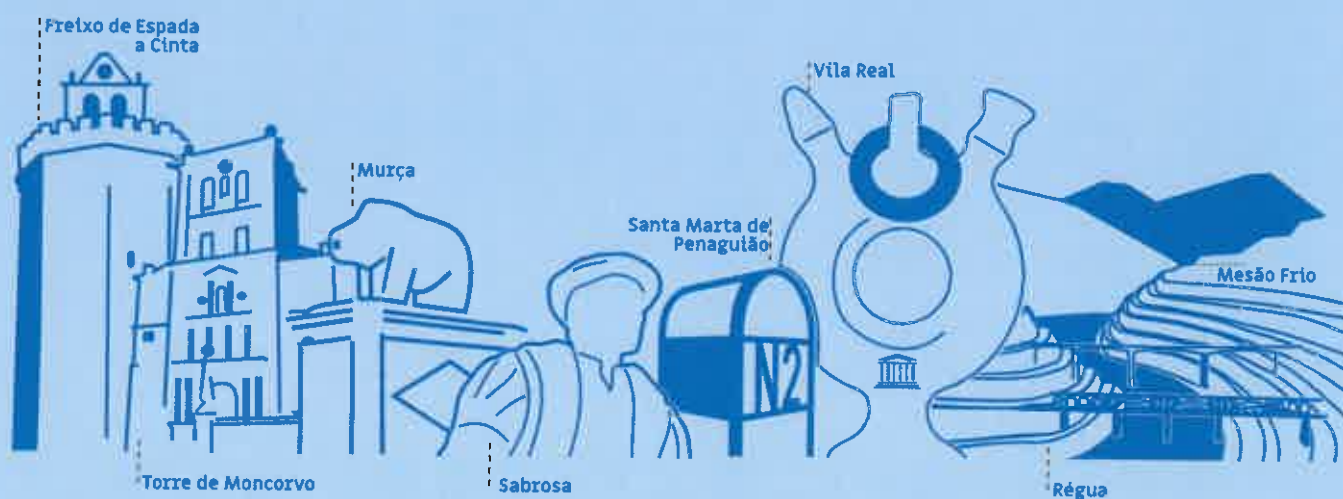

Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.
Inscrita na OROC sob o nº 345 e CMVM 20210025, representada por
Fernando Virgílio do Cruz Cabral Macedo, ROC nº 959 (Sócio-Gerente)





Águas

do interior norte



A água que nos liga...

AANI - Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.